

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

LENOIR HEISLER

**O ESPAÇO RURAL: CONFIGURAÇÕES ATUAIS NA MICRORREGIÃO DE
PINHALZINHO (SC)**

Chapecó – SC, 2017

LENOIR HEISLER

**O ESPAÇO RURAL: CONFIGURAÇÕES ATUAIS NA MICRORREGIÃO DE
PINHALZINHO (SC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Mestrado Profissional) da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) como requisito final para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Irme Salete Bonamigo
Coorientadora: Prof.^a Dra. Arlene Anélia Renk

Chapecó – SC, 2017

AGRADECIMENTOS

A construção de uma sociedade mais justa e fraterna passa pelas nossas mãos!

À minha companheira Raquel, pela paciência, apoio e motivação;

Aos colegas de trabalho e direção da Cresol Pinhalzinho pela compreensão;

A Deus pela dádiva de concretizar este sonho;

Às orientadoras Irme e Arlene pela dedicação e paciência;

Ao Governo do Estado de Santa Catarina, em especial, à Diretoria de Ensino Superior, a qual nos concedeu uma bolsa de estudos para concretização deste sonho;

Às famílias entrevistadas. Sem elas este trabalho seria impossível.

A todos muito obrigado!

RESUMO

Como é o universo rural brasileiro atual? O processo de modernização da agricultura conhecido como revolução verde dos anos 1960 e 1970, o êxodo rural das décadas de 1980 e 1990 e a abertura comercial do Brasil ao mercado mundial são constituintes do processo de mudança que ocorreu no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Algumas correntes de autores previam o desaparecimento dos moradores do rural. No entanto, diferentemente das previsões, o meio rural continua abarcando uma grande população, desponta do ponto de vista econômico e se apresenta como um espaço de qualidade de vida cada vez mais valorizado. Caracterizada por pequenas propriedades rurais, a microrregião de Pinhalzinho (SC) possui no meio rural um importante gerador de renda e espaço de vida de muitas famílias. Frente a estas inquietações, o projeto tem como objetivo geral analisar as dinâmicas atuais do rural na microrregião de Pinhalzinho no que tange às famílias e às políticas públicas. Como objetivos específicos foram eleitos: identificar as estratégias que as famílias do rural utilizam para a sua reprodução social, detectar a visão acerca das políticas públicas acessadas pelos habitantes do rural e descrever as perspectivas dos habitantes com relação ao futuro do rural da microrregião. Na pesquisa de campo, os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores do meio rural da microrregião. Depois de transcritas as informações foram analisadas sob a luz dos referenciais teóricos escolhidos para este trabalho. A pesquisa revelou a presença da pluriatividade, do sistema de integração, da educação formal, das agroindústrias familiares e da previdência social como importantes estratégias adotadas pelos moradores do meio rural para sua reprodução social. Os diferentes desafios para a sucessão familiar e a concepção de trabalho no meio rural foram problematizadas. A percepção acerca das políticas públicas acessadas pelos moradores revela-se positiva, embora existam ressalvas. Por fim, a qualidade de vida é apontada por diversas famílias como um dos diferenciais para residir no meio rural.

Palavras-chave: Rural. Reprodução social. Campesinato. Política pública.

ABSTRACT

How is the current Brazilian rural universe? The process of modernization of agriculture known as the green revolution of the 1960s and 1970s, the rural exodus of the 1980s and 1990s, the commercial opening of Brazil to the world market are constituents of the process of change that has taken place in the Brazilian countryside in the last decades. Some currents of authors foresaw the disappearance of the rural inhabitants. However, unlike the forecasts, the rural environment continues to encompass a large population, emerging from the economic point of view and presents itself as a space of quality of life increasingly valued. Characterized by small rural properties, the microregion of Pinhalzinho / SC has an important generator of income and living space for many families in rural areas. Faced with these concerns, the project has as general objective to analyze the current dynamics of rural in the micro-region of Pinhalzinho / SC with regard to families and public policies. As specific objectives were chosen: to identify the strategies that the rural families use for their social reproduction, to detect the vision about the public policies accessed by the inhabitants of the rural and to describe the perspectives of the inhabitants with respect to the future of the rural of the microregion. In the field survey the data were collected through semi-structured interviews with residents of the rural areas of the micro-region. After being transcribed the information was analyzed in the light of the theoretical references chosen for this work. The research revealed the presence of pluriactivity, integration system, formal education, family agroindustries and social security as important strategies adopted by rural dwellers for their social reproduction. The different challenges for family succession and the conception of work in rural areas were problematized. The perception about the public policies accessed by residents is positive, although there are caveats. Finally, the quality of life is pointed out by several families as one of the differences to reside in the rural environment.

Keywords: Rural. Social reproduction. Peasantry. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Valor adicionado da produção agropecuária, 2014 | 12 |
| Quadro 2 – Agricultura em tempo parcial e pluriatividade | 58 |
| Quadro 3 – Estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou ter atividade fora da propriedade no Brasil | 61 |
| Quadro 4 – População residente na sede urbana e rural nos municípios da microrregião de Pinhalzinho, Santa Catarina e Brasil, 2000 a 2015 | 77 |
| Quadro 5 – Variação da população na microrregião, 2000 a 2015 | 78 |

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

Proagromais – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Udesc – Universidade do Estado de Santa Catarina

Unochapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 | CONTEXTUALIZANDO E JUSTIFICANDO O ESTUDO..... | 8 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO | 15 |
| 2.1 | A PESQUISA ETNOGRÁFICA | 15 |
| 2.2 | PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES..... | 16 |
| 2.3 | ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS | 18 |
| 2.4 | SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS | 19 |
| 2.5 | ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 19 |
| 3 | O DEBATE SOBRE O RURAL NO BRASIL E A REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO | 21 |
| 3.1 | O RURAL NO BRASIL | 21 |
| 3.2 | REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO..... | 26 |
| 3.2.1 | Identidade camponesa | 28 |
| 3.2.2 | Sucessão familiar | 33 |
| 3.2.3 | Terra, trabalho e tecnologia..... | 39 |
| 3.2.4 | Educação formal como estratégia e sua influência no rural..... | 44 |
| 3.2.5 | Seguridade social e o campesinato | 46 |
| 3.2.6 | Agroindústrias familiares, mercados institucionais e produção alternativa..... | 49 |
| 3.2.7 | Sistema de integração e a perspectiva dos direitos humanos | 51 |
| 3.2.8 | Pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar..... | 56 |
| 4 | PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO RURAL | 65 |
| 4.1 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL E SUAS PERCEPÇÕES..... | 65 |
| 4.2 | PERCEPÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO RURAL DA MICRORREGIÃO | 67 |
| 4.2.1 | Conselhos de desenvolvimento agropecuário | 67 |
| 4.2.2 | Políticas de crédito e habitação rural..... | 69 |
| 4.2.3 | Demais ações dos governos locais..... | 72 |
| 4.3 | PERSPECTIVAS PARA O FUTURO | 74 |
| 5 | MORAR NO RURAL COMO SINÔNIMO DE QUALIDADE DE VIDA | 80 |
| 5.1 | RETORNO AO MEIO RURAL..... | 81 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| | REFERÊNCIAS | 88 |
| | APÊNDICES | 98 |
| | APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido | 99 |
| | APÊNDICE B – Termo para uso de imagem e voz..... | 101 |
| | APÊNDICE C – Mapa da microrregião de Pinhalzinho | 102 |
| | APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para as famílias residentes no rural..... | 103 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO E JUSTIFICANDO O ESTUDO

Quando falamos sobre o rural, frequentemente somos levados a dois extremos. Podemos ter a ideia de que o meio rural é um local atrasado econômico e socialmente, portanto, não desenvolvido, ou, por outro lado, somos convidados a vislumbrar o rural do agronegócio pujante economicamente, destaque da balança comercial com a produção de *commodities* em escala e uso de tecnologia de ponta. Em muitas oportunidades são desconsideradas e menosprezadas as ações que não privilegiem a produção capitalista, com destaque das ações desenvolvidas pelo Estado para com o meio rural. Porém, entre estes dois extremos encontra-se uma heterogeneidade de formas de produção, trabalho e vida no meio rural brasileiro, o qual esta pesquisa visa apresentar e discutir.

O espaço rural também não pode ser visto como um resíduo do urbano, nem olhado a partir de uma lógica de oposição. O espaço rural e o urbano supõem uma relação dialética em que cada vez mais a interação entre estes dois espaços vai sendo uma constante na dinâmica social do mundo rural (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

O rural brasileiro vem passando por mudanças significativas nos últimos anos. Mudanças estas influenciadas em grande parte pelas políticas públicas de fomento à produção, especialmente no que tange ao crédito subsidiado com o Pronaf. Porém, são diversas as políticas públicas que influenciam nas características sociais e econômicas dos moradores do meio rural. Dentre elas, citam-se as políticas públicas ligadas à habitação rural, à comercialização da produção e ao sistema de assistência técnica e extensão rural (ATER). Soma-se a estas as diversas ações dos governos estaduais e municipais, além das diversas organizações que fazem a política pública se materializar na vida dos habitantes do meio rural.

Longe de ser homogêneo, o meio rural brasileiro apresenta diversas faces. Há diferentes formas de ocupação e exploração da terra, elemento importante para compreender as relações estabelecidas no meio rural. Diversas foram e continuam sendo as estratégias adotadas pelos moradores do rural para garantir a sua reprodução social, destacando-se como elemento importante a interação estabelecida entre o rural e o urbano.

Ao seguirmos uma linha histórica encontramos no início da estrutura agrária brasileira um processo de concentração da terra (capitanias hereditárias e sesmarias). A utilização dos nativos para a exploração da madeira e a vinda dos escravos africanos para o trabalho

agrícola, constituem-se nos primeiros provedores de mão de obra para a iniciante agricultura. Com a abolição da escravatura é desencadeado uma mudança no meio rural. A vinda dos imigrantes, sobretudo europeus, para as fazendas no Sudeste e para a colonização do Sul insere novos personagens neste cenário. Em meio a estes processos ocorre também a dizimação e expulsão das comunidades tradicionais (quilombolas, caboclos e indígenas) dos seus territórios.

Outro marco fundante recente na estrutura agrária do País é o processo de modernização agrícola ocorrido nos anos 1960 e 1970, também conhecido como revolução verde, considerada uma revolução conservadora, que visou modernizar e aumentar a produção agrícola por meio da inserção de pacotes tecnológicos (mecanização e insumos). Decorrente em parte deste movimento está o êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 pela implantação dos pacotes tecnológicos na agricultura, por um lado, e, por outro, a falta de assistência estatal às populações do campo e a necessidade de mão de obra da nascente industrialização brasileira. Torna-se necessário lembrar que neste período o País era regido por um regime ditatorial (DELGADO, 2017).

A entrada do Brasil na economia de mercado, influenciado pelo processo neoliberal, provoca uma mudança significativa nas relações sociais do meio rural, especialmente dos pequenos municípios. A agricultura camponesa perde espaço e entra em declínio, avançam os processos de urbanização, com relativa homogeneização de modelos culturais e padrões de consumo. O meio rural deixa de ser apenas um lugar de produção para subsistência e passa a ser um local para geração de excedentes (PINTO; QUEIRÓS, 2008).

Torna-se, assim, necessário destacar o papel que o sistema de integração vertical¹ teve no Brasil, especialmente no oeste catarinense durante este período de abertura comercial e entrada no mercado mundial. O sistema de integração encontrou nas regiões com predominância de pequenas propriedades um campo propício a sua implantação, oportunizando a reprodução social dos agricultores, através de fontes de renda “mais viáveis – fixas certas”, quando comparado as atividades que dependiam fundamentalmente das condições climáticas. Dentre as principais cadeias que se inseriram neste modelo de produção estavam as de carnes (aves e suínos), fumo e leite (ALMEIDA, 2005, p. 97).

Estas transformações no meio rural adentraram as unidades familiares e acabaram por provocar mudanças nas relações sociais e costumes dos seus habitantes. Não diferente, o meio

¹ O sistema de integração é caracterizado por um contrato estabelecido entre a empresa integradora e o agricultor. A discussão sobre o tema é aprofundada na página 50.

rural da microrregião de Pinhalzinho (SC), situado no oeste catarinense, foi condicionado por estas determinantes.

Universidades, escolas técnicas, casas familiares, gestores públicos municipais, cooperativas e organizações sindicais demonstram preocupação em relação ao futuro do território rural da microrregião, especialmente no tema da sucessão familiar das propriedades rurais. As preocupações mostram-se por diversas matizes. Uma primeira voltada ao interesse econômico e à manutenção da ordem estabelecida no meio rural, buscando manter a mão de obra que serve de base para a produção da agroindústria no sistema de integração vertical. Uma segunda voltada a compreender o fenômeno do êxodo rural, da masculinização do campo, tratando da sucessão familiar como uma construção histórica. A busca de alternativas para viabilização e continuidade dos agricultores no meio rural, por meio de alternativas de produção e organização desses, pode constituir-se em uma terceira via de análise.

A microrregião de Pinhalzinho é integrada pelos municípios de Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste, todos situados no oeste do estado de Santa Catarina (APÊNDICE B). Interligados pela SC-160 no sentido norte/sul e pela BR-282 no sentido leste/oeste, transpassados por diversas organizações², possuem características comuns e tem no município de Pinhalzinho um polo comercial.

Povoada por caboclos e indígenas, a região recebeu diversos imigrantes de origem italiana, alemã e polonesa, deslocados em grande parte pelo cerceamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul em busca de novas terras para cultivo (SANTA CATARINA, 2003).

A reprodução social das famílias de pequenos agricultores no oeste catarinense, a exemplo do fenômeno ocorrido anteriormente no Rio Grande do Sul, repetiu-se. O esgotamento da fronteira agrícola forçou muitos agricultores e agricultoras a migrar para outros estados, a exemplo do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em busca de terras para garantir a sua sobrevivência. Outros foram buscar alternativas de renda nos centros urbanos como assalariados e/ou pequenos comerciantes (SANTA CATARINA, 2003).

Na microrregião são encontradas diversas associações comunitárias, destinadas à promoção da cultura e lazer, associações vinculadas a denominações religiosas, cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de crédito, dentre outras, germinadas no meio rural, e em sua maioria, marcas do processo de colonização adotado na região Sul do Brasil.

² Organizações com abrangência na microrregião de Pinhalzinho: Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho (Cresol Pinhalzinho), Cooperativa Regional Itaipu (exceto em Nova Erechim), Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região. Ainda os municípios constituem uma Região Pastoral (célula organizativa da Diocese de Chapecó que promove interação constante entre seus membros).

A presença de Instituições de Ensino Superior na microrregião merece destaque. São duas universidades com cursos presenciais: Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), oferecendo dois cursos de graduação e um mestrado; e Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), a qual disponibiliza quatro cursos de graduação e cursos de especialização. Há duas instituições que trabalham com a metodologia de Ensino à Distância (Uninter e Uniasselvi). Encontramos na microrregião a Horus Faculdades, que oferta cursos de graduação e especialização. Há ainda, duas escolas técnicas, denominadas Casa Familiar Rural³.

Além destas características comuns, os municípios possuem um meio rural formado predominantemente por pequenas propriedades que detêm na média entre dez e vinte hectares de terra, explorando as atividades com base na mão de obra familiar. A formação da estrutura agrária da microrregião remonta a meados do século XX. A vinda de colonos descendentes, em sua grande maioria, de alemães, italianos e poloneses foi influenciada pela extinção da fronteira agrícola, migraram do Rio Grande do Sul e buscaram no oeste catarinense um novo lugar para viver. Porém, a região já era habitada por povos tradicionais (indígenas e caboclos).

Em termos populacionais, residem na região 45.210 pessoas (IBGE, 2012). O município mais populoso é Pinhalzinho, com 18.696 pessoas, e Bom Jesus do Oeste é o menor, com 2.156 habitantes (IBGE, 2010). Enquanto na região 13.717 pessoas residem no meio rural, o que representa 32,78% da população total, em Santa Catarina e no Brasil esse índice é de apenas 16,01% e 15,64%, respectivamente, o que mostra que o meio rural da microrregião apresenta um número ainda significativo de habitantes (IBGE, 2010).

Diferentemente das projeções de esvaziamento do meio rural (MALAGODI, 2017), embora o êxodo rural ocorra a um ritmo inferior ao observado em outras épocas, percebe-se na microrregião um movimento de valorização do espaço rural tanto no aspecto da produção e geração de renda, quanto espaço para obtenção de maior qualidade de vida.

Embora o contingente populacional do meio rural seja menor, possui-se o rural como importante indutor da economia dos municípios. Na microrregião, destacam-se economicamente, entre as atividades rurais, a produção leiteira, de suínos e aves em sistema de integração, bovinocultura de corte e a produção de cereais como soja, milho e trigo. Na microrregião encontramos também diversas iniciativas de economia solidária, de agregação

³ A Casa Familiar Rural é um espaço destinado à formação de jovens do meio rural e pesqueiro, que recebem formação técnica, profissional e gerencial, tendo como objetivo qualificar esses jovens e oferecer alternativas de renda e de trabalho, para permanecerem e beneficiarem a própria região. As aulas na Casa Familiar Rural são em sistema de alternância. O aluno permanece uma semana na Casa Familiar Rural e uma semana em casa, desenvolvendo as atividades práticas referentes à teoria aprendida na escola. Informações disponíveis em: <www.arcafarsul.org.br>. Acesso em: 3 jan. 2016.

de valor, que, por não representarem valores expressivos e por vezes não constarem em registros oficiais, são deixadas de lado pelos agentes públicos e privados dos territórios.

Do ponto de vista econômico, os municípios da microrregião obtêm um volume considerável do seu valor adicionado⁴ do setor agropecuário, como observado no quadro 1.

Quadro 1 – Valor adicionado da produção agropecuária, 2014

| Município | Valor adicionado total do município | Valor adicionado da produção agropecuária/primária | % Valor adicionado da produção agropecuária/primária sobre o total |
|--------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Bom Jesus do Oeste | 59.132.324,66 | 45.344.784,49 | 76,68% |
| Modelo | 91.687.888,04 | 62.390.343,26 | 68,04% |
| Nova Erechim | 175.070.943,07 | 130.398.003,58 | 74,48% |
| Pinhalzinho | 609.890.207,30 | 147.792.462,96 | 24,23% |
| Saudades | 286.776.803,18 | 175.690.022,32 | 61,26% |
| Serra Alta | 78.352.685,38 | 52.049.215,67 | 66,42% |
| Sul Brasil | 51.954.715,81 | 46.517.673,99 | 89,53% |

Fonte: Santa Catarina (2014).

Em termos percentuais acerca do valor adicionado da produção primária, destacam-se os municípios de Bom Jesus do Oeste, Nova Erechim e Sul Brasil, respectivamente, com 76,68%, 74,48% e 89,53% sobre o valor adicionado total. Saudades, Pinhalzinho e Nova Erechim destacam-se em termos do volume oriundo da produção agropecuária/primária, como observado no quadro 1.

No meio acadêmico, são várias as correntes que se propõe a discutir o rural e como defini-lo, tendo para tanto diferentes enfoques. Da mesma maneira, as organizações representativas dos habitantes do meio rural também buscam, a partir das suas demandas, definir o que compreende ser este meio.

Schneider (2010, p. 518), ao suscitar o debate sobre como são incluídas as demandas sociais e formulados os programas na agenda pública relacionadas ao desenvolvimento rural, destaca dois caminhos. O primeiro se dá a partir da pressão e organização social que apresenta suas reivindicações à espera que a tecnocracia estatal apresente as soluções. A segunda opção sugere que a agenda pública seja mais pressionada por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos do que pela pressão social.

Wanderley (2001, p. 31) afirma que

⁴ O valor adicionado do município corresponderá à soma dos valores das mercadorias saídas, menos a soma dos valores das mercadorias entradas, acrescido ao resultado, quando nulo ou positivo, do valor das prestações de serviços, no seu território Este índice é utilizado para distribuição de recursos provenientes da arrecadação de impostos de competências dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências (Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp63.htm>).

[...] a ruralidade, o desenvolvimento rural, o desenvolvimento local no Brasil moderno são hoje temas em debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural.

Torna-se importante reconhecer estes dois movimentos não distintos, mas complementares. Portanto, a produção científica coloca-se como elemento importante para orientar a compreensão do espaço rural, tanto por parte dos agentes públicos, quanto das organizações sociais que com ele trabalham.

Diversas são as pesquisas que propõem a avaliar as políticas públicas direcionadas ao meio rural, como a dissertação que buscou analisar o impacto do Pronaf Mais Alimentos no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho, de Rambo (2014). Nesta mesma linha, encontram-se as pesquisas de Maldaner (2015), que se propõe discutir os impactos do Pronaf Mais Alimentos na cadeia produtiva do leite no município de Pinhalzinho, e de Hubner, Dentz e Rambo (2015) que propõe uma análise sobre os novos usos políticos e econômicos do território decorrentes do Pronaf no município de Saudades. Algumas buscam compreender o fenômeno do êxodo rural, especialmente através do tema da sucessão familiar, como o livro *Juventude rural, cultura e mudança social*, organizado por Renk e Dorigon (2014), e da masculinização do campo abordada por Vitorino e Goldschmidt (2010), no documentário *Celibato no Campo*.

Tem-se presente que a pesquisa de caráter qualitativo pode contribuir na análise e na compreensão dos dados estatísticos sobre o meio rural, e, por fim, transformar-se em um recurso para subsidiar a elaboração de políticas públicas mais adequadas à realidade do espaço rural. Assim, esta pesquisa procura olhar o meio rural de forma sistêmica, multifocal, apresentando-o com um local de produção, mas também como lugar de vida e, para tanto, buscar entender sua dimensão social no cenário atual.

Soma-se a observação das transformações ocorridas no meio rural, especialmente a partir da criação de políticas públicas no âmbito do crédito rural. Destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁵, o qual possibilitou aos agricultores familiares investir em estruturas e equipamentos com o intuito de melhorar as condições produtivas da unidade e a qualidade de vida das famílias, por meio dos programas de habitação como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), garantia de renda e compras institucionais de produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de

⁵ Criado em 1994 com objetivo de prover crédito subsidiado aos pequenos agricultores familiares.

Alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE). A interação das políticas públicas com o espaço concreto acaba por produzir novas relações e alterar as características deste território.

Buscando contribuir no debate sobre o meio rural, apresentando elementos quantitativos, mas, sobretudo, qualitativos sobre a microrregião, delimita-se como questão de pesquisa: *Como se configura o rural da microrregião de Pinhalzinho, no que tange as estratégias adotadas pelas famílias, às políticas públicas e às perspectivas dos habitantes para o rural nos próximos anos?*

Considerando o aspecto acadêmico e científico, a presente pesquisa buscou atender ao objetivo da linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), “Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento”, que “[...] compreende estudos que objetivam analisar os processos econômicos, políticos, socioespaciais e culturais que configuram as dinâmicas da região oeste e/ou mesorregião da Grande Fronteira Sul, hierarquicamente dependentes do comércio externo do agronegócio [...]” (UNOCHAPECÓ, 2017, [s.p.]), ao contribuir com informações sobre a microrregião de Pinhalzinho.

No que tange as motivações pessoais para a presente pesquisa, destacam-se a observação crítica das transformações ocorridas no rural da microrregião nas últimas duas décadas, ocorridas durante a atuação como agricultor familiar até os 18 anos e após a migração para o centro urbano com o conseguinte trabalho desenvolvido pelo pesquisador em uma cooperativa de crédito rural ao longo de mais de dez anos. Os laços com o rural fortaleceram-se a partir da decisão de voltar a morar com os pais na agricultura, embora o trabalho urbano tivesse sequência. As diversas leituras sobre o tema causaram inquietações e despertaram o interesse de aprofundar os estudos sobre o rural, em especial, da microrregião de Pinhalzinho, buscando olhar o território a partir dos seus habitantes.

Neste sentido, a fim de responder a questão desta pesquisa, elegeu-se como objetivo geral: Analisar as dinâmicas atuais do rural na microrregião de Pinhalzinho no que tange as famílias e as políticas públicas. A partir deste objetivo geral, delimitou-se como objetivos específicos: identificar as estratégias que as famílias do rural utilizam para a sua reprodução social; detectar a visão acerca das políticas públicas acessadas pelos habitantes do rural; descrever as perspectivas dos habitantes com relação ao futuro do rural da microrregião.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO

Esta seção tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização desta pesquisa, a fim de responder a questão de pesquisa e atender os objetivos propostos.

2.1 A PESQUISA ETNOGRÁFICA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma etnografia que significa, literalmente, a descrição de um povo. A etnografia não busca trabalhar com indivíduos separados, mas sempre com estes no sentido coletivo, é uma maneira de estudar as pessoas em grupos organizados e duradouros que podem ser chamados de comunidades ou sociedades (ANGROSINO, 2009).

O método etnográfico parte da premissa que no campo, lugar da vida real, onde acontecem as relações entre os membros do grupo, é que o pesquisador pode encontrar a dinâmica de experiência humana vivida. Segundo Geertz (2008), a etnografia necessita realizar, além dos métodos e técnicas, uma descrição densa da realidade encontrada.

Entre os princípios básicos da etnografia, podemos citar “[...] uma busca [...] com observações cuidadosas de comportamentos vividos e entrevistas detalhadas com gente da comunidade em estudo.” (ANGROSINO, 2009, p. 30). Estas observações acabam por gerar uma visão panorâmica global do todo social ou cultural que as pessoas que nele vivem podem ter.

O etnógrafo precisa prestar muita atenção aos processos de pesquisa de campo. É preciso estar sempre atento aos modos pelos quais se tem acesso ao campo (ANGROSINO, 2009, p. 30), e como se estabelecem as relações de afinidade com as pessoas que vivem no local. “O etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um observador objetivo daquelas vidas.” (ANGROSINO, 2009, p. 31). Assim,

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicáveis, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2008, p. 13).

Assim, através do método etnográfico, foi possível tecer descrições e análises quanto aos participantes da pesquisa, tais como o seu modo de vida, suas formas de organização social, seus valores familiares, suas crenças religiosas, atitudes políticas, entre outras.

Na etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador, e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas, visto que não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas no comportamento e na memória dos homens vivos (MALINOWSKI, 2013, p. 2). A partir desta abordagem, o método etnográfico contribuiu no desenvolvimento desta pesquisa para o alcance dos objetivos elencados.

2.2 PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A presente pesquisa teve nos bancos de dados públicos uma importante fonte de informações. Dentre os bancos de dados públicos utilizados estão os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina.

Outra fonte de informações foi a pesquisa em documentos.

Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, tem o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda, ou simplesmente não estávamos presentes. (MAY, 2004, p. 205-206).

A coleta das informações fez-se também por meio de entrevistas semiestruturadas e observações que foram registradas em diário de campo. Para Minayo (2008), a entrevista

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes, tendo em vista este objetivo. (MINAYO, 2008, p. 261).

A entrevista como fonte de informação possibilitou a obtenção de dados primários e secundários de duas naturezas. Primeiro aqueles que também poderiam ser encontrados pelo pesquisador por meio de outras fontes, como censos, estatísticas, registros civis, atestados de óbito, denominados de dados objetivos, concretos ou, ainda, pertencentes ao nível morfológico da realidade. Em segundo lugar, aqueles relacionados diretamente ao sujeito

entrevistado, que podem ser chamados de subjetivos. Estes últimos constituem uma representação da realidade, como ideias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, condutas e projeções para o futuro, dentre outras (MINAYO, 2008, p. 262).

Nesse sentido, a pesquisa apoiou-se em entrevistas semiestruturadas que combinaram perguntas fechadas para caracterização dos sujeitos e seu contexto histórico, e abertas nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem necessariamente se prender a indagação previamente formulada (MINAYO, 2008, p. 261).

As entrevistas com os moradores do meio rural foram realizadas nos municípios de Saudades, Pinhalzinho e Sul Brasil, a partir de um roteiro (APÊNDICE D). Os entrevistados foram convidados a partir das provocações/perguntas a discorrer sobre as atividades desenvolvidas, formas de organização, interação com as políticas públicas e expectativas para o futuro, entre outras.

Os entrevistados foram selecionados de forma aleatória com base no conhecimento do pesquisador seguindo os critérios previamente estabelecidos, sendo identificados por um conjunto de letras. A primeira correspondente ao grupo de pesquisa, a segunda aleatória para controle, seguido do gênero identificado por uma letra (F ou M) e a geração a qual pertence dentro da unidade familiar, obedecendo a seguinte classificação: sendo considerado jovem 3ª geração, o entrevistado com até 29 anos; 2ª geração, o entrevistado com idade entre 30 aos 60; e 1ª geração todos que tinha cima de 60 anos. Por exemplo, grupo Aposentado, letra de controle, mulher, 1ª geração identificado como “AEM1^{am}”. Assim, as entrevistas abrangeram:

- quatro entrevistados de famílias que não exploram atividade agrícola, mas residem no meio rural (U);
- quatro entrevistados de família pluriativa (P);
- quatro entrevistados de famílias que exploram essencialmente as atividades agrícolas (R);
- dois entrevistados de famílias que trabalham com agroindústria familiar (F);
- quatro entrevistados de famílias de moradores aposentados (A);
- dois entrevistados de famílias que trabalham com agroecologia e/ou orgânicos (O).

A seleção dos moradores do meio rural buscou contemplar todas as faixas etárias e gêneros a partir dos critérios estabelecidos. Ao todo foram realizadas vinte entrevistas, sendo que as conversas informais e observações foram registradas em diário de campo, buscando complementar e situar os discursos apresentados pelos entrevistados.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS

Para Angrosino (2009), duas são as principais formas nas quais os dados podem ser analisados: análise descritiva e análise teórica, que podem assim ser definidas:

Análise descritiva é o processo de tomar o fluxo de dados e decompô-lo em suas partes constitutivas; em outras palavras, que padrões, regularidades ou temas emergem dos dados? *Análise teórica* é o processo de descobrir como aquelas partes componentes se encaixam; em outras palavras, como podemos explicar a existência de padrões nos dados, ou como deciframos as regularidades percebidas? (ANGROSINO, 2009, p. 90, grifos do autor).

Os modelos de análise sugerem o encontro de padrões e a busca de significados nos dados da pesquisa. Estes padrões são os comportamentos reais/comuns dos membros de determinado grupo. De maneira geral, o autor afirma que as declarações e atividades que são desenvolvidas de forma espontânea pelas pessoas nas comunidades têm maior probabilidade de ser partes de um modelo compartilhado, do que aquelas provocadas pelo pesquisador (ANGROSINO, 2009, p. 90).

Os padrões podem ser identificados através de uma [...] perspectivaêmica (como os informantes compreendem as coisas?), [...] perspectiva ‘ética’ (como o pesquisador pode vincular os dados sobre a comunidade estudada com casos similares conduzidos em outros lugares?). (ANGROSINO, 2009, p. 90).

O pesquisador precisa constantemente fazer a verificação da validade dos dados apresentados, com o intuito de descobrir se eles são discursos privados provocados por uma realidade específica, ou se compõe o discurso do grupo. De maneira geral, o pesquisador precisa estar atento aos detalhes, tanto os que aparecem na fala, quanto aos gestos e ambiente em que está inserido para encontrar os padrões.

Com base nas afirmações, os dados das entrevistas foram agrupados por categoria de análise. Para análise das **estratégias de reprodução social** foram identificadas as subcategorias: identidade camponesa, sucessão familiar, terra, trabalho e tecnologia, educação formal, seguridade social, agroindústrias e produção alternativa, sistema de integração e pluriatividade. Para análise das **políticas públicas** as subcategorias encontradas foram: conselhos de desenvolvimento agropecuário, crédito e habitação e outras ações dos governos locais. A categoria **Futuro do rural** não fora desdobrada. O tema **Morar no rural: espaço de qualidade de vida** tomou por base a experiência de duas famílias que retornaram ao meio rural. Após agrupar as entrevistas por temas seguiu-se com a análise teórica das informações.

2.4 SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP/Unochapecó), a fim de assegurar a qualidade ética que rege a elaboração de pesquisas com seres humanos, em consonância com a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Foi autorizada por meio do protocolo número CAAE 56224516.6.0000.0116.

Um Termo de consentimento livre e esclarecido foi utilizado nas pesquisas de campo (APÊNDICE A), no qual o pesquisador se compromete em manter os nomes e dados sob sigilo, sendo somente utilizados para fins de pesquisa acadêmica. Um Termo de uso de imagem e voz também utilizado (APÊNDICE B), no qual os sujeitos da pesquisa autorizam o uso da imagem e voz para fins de pesquisa acadêmica.

2.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está estruturada em seis partes. Na primeira parte é apresentada a introdução ao tema de estudo, contendo a problemática de estudo, a justificativa e os objetivos do trabalho. A segunda parte remete aos procedimentos teóricos e metodológicos adotados para realização do presente estudo, em que se caracteriza a pesquisa etnográfica e o caminho percorrido para obtenção dos dados. O terceiro capítulo apresenta dois temas: a discussão acerca do rural no Brasil e a reprodução social do campesinato acrescida das informações obtidas no trabalho de campo. Nesta parte são relatadas as principais estratégias acionadas para a reprodução social dos habitantes do meio rural da microrregião de Pinhalzinho.

No quarto capítulo são apresentadas as percepções que as organizações e os moradores do meio rural possuem acerca das políticas públicas, com ênfase nas políticas de crédito e habitação. Ainda são discutidas as tendências para o rural da microrregião nos próximos anos a partir da ótica dos seus habitantes. O quinto capítulo, intitulado “Morar no rural como sinônimo de qualidade de vida”, relata algumas experiências encontradas na pesquisa de campo que julgamos serem importantes nas configurações do rural da microrregião. A primeira relacionada com o retorno ao meio rural após a experiência de residir no meio urbano. A segunda retrata o sentimento dos

moradores em relação ao seu espaço de vida. No último capítulo apresentamos as considerações finais relacionadas ao trabalho, apresentando uma síntese dos resultados da pesquisa.

3 O DEBATE SOBRE O RURAL NO BRASIL E A REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os pressupostos teóricos em torno dos quais se discute o rural e a reprodução social, apresentando as estratégias de reprodução social adotadas pelos habitantes do meio rural da microrregião de Pinhalzinho.

3.1 O RURAL NO BRASIL

As principais discussões acerca da rural brasileiro emergem a partir das mudanças ocorridas com a revolução tecnológica ou modernização do meio rural. A modernização da produção no campo foi concebida com vistas a prover excedentes produtivos às necessidades da industrialização e da urbanização em plena evidência no País (DELGADO, 2017). Configurou-se como uma revolução conservadora ao tempo em que o Estado, dominado pelo regime militar, não modificou a questão central da estrutura agrária, o que acabou por afetar negativamente muitos(as) agricultores(as) ocasionando a sua saída do campo para a cidade propiciando mão de obra coincidentemente no mesmo período em que ocorria um forte processo de industrialização no Brasil.

Nos estudos sobre o rural brasileiro merece destaque o projeto Rurbano (1997/2003), desenvolvido pelo Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A fase inicial do projeto tinha por objetivo reconstruir séries históricas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Na primeira fase, constatou-se, por exemplo, que na década de 1990 a população rural cresceu a uma média de 0,5% ao ano e que três em cada dez pessoas ocupadas estavam vinculadas a atividades não agrícolas. Dez anos antes, essa proporção era de dois para dez no Brasil (IZIQUÉ, 2000).

Já na segunda fase do projeto, iniciada em 1999, os pesquisadores observaram que as áreas de agricultura e pecuária cediam lugar para outras culturas não necessariamente agrícolas, como a criação de aves nobres e exóticas, vendidas a supermercados, restaurantes e à agroindústria, aos pesque-pague, ao turismo ecológico ou rural e aos condomínios de classe média e alta. Na terceira fase, iniciada em 2000, os pesquisadores passaram a analisar os impactos dessas mudanças no meio ambiente e no emprego por meio de estudos de caso.

O debate acerca da ruralidade é abordado também pelos estudos de Veiga (2003), o qual destaca que nos últimos vinte anos tornou-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas, sendo este um fenômeno novo, que pouco

ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios, mas uma atração resultante do grande aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais, associada principalmente a qualidade de vida (VEIGA, 2003, p. 58).

Conforme observado em Veiga (2003, p. 23-24), a definição brasileira entre o que é rural e o que é urbano é arbitrária, e não segue a lógica encontrada nos países com importância socioeconômica igual ou superior à nossa. Nestes, a delimitação do urbano e do rural resulta da combinação de critérios de tamanho, densidade da população e de sua localização, combinação essa que seria uma boa indicadora do grau de modificação antrópica do meio ambiente.

A confusão entre o rural (espaço) e a atividade agropecuária (produção), da qual decorrem as nossas políticas públicas dirigidas para a população rural, também é tratada por Veiga (2003). As políticas, pensadas a partir do urbano, consideram de forma simplista a população rural como aquela voltada essencialmente às atividades primárias, ignorando as diversas ocupações do espaço rural e a crescente presença da pluriatividade.

O debate acerca da ruralidade brasileira é suscitado também no recente estudo intitulado “Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras”, organizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável Fórum (MIRANDA; SILVA, 2013). Esta obra, além de fazer um apanhado geral das concepções de ruralidade por diversos países, foi motivada principalmente a partir da análise da existência de uma percepção equivocada do rural brasileiro, sendo este apresentado em diversas oportunidades como um resíduo do espaço urbano, fadado ao desaparecimento. O estudo apresenta que

[...] as políticas públicas voltadas para o rural não somente tendem a subestimar o potencial da contribuição do rural no desenvolvimento nacional, como apresentam um viés em favor de subsídios privados e não potencializam o desenvolvimento rural. Reforçam a necessidade de mudanças nas políticas públicas para o meio rural, de modo que priorizem a provisão de bens públicos (educação, saúde, proteção social, infraestrutura, proteção ambiental e políticas de combate à pobreza. (BEZERRA; BACELAR, 2013, p. 40).

As pesquisas de Wanderley e Favareto (2013) apontam o espaço rural entendido também como espaço de vida, que passa a receber novas formas de ocupação, como a dos filhos de agricultores que elegem o rural para viver e buscam alternativas de renda fora da propriedade. Estas percepções auxiliam na superação puramente produtiva do espaço rural. Assim, o estudo procurou atualizar os conceitos do rural e urbano, por meio de um profundo

trabalho de pesquisa capaz de elaborar uma nova leitura do rural brasileiro e com base nela propor uma tipologia das áreas rurais.

Entre os estudos mais recentes, encontramos também a obra *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*, de organização de Buainain e colaboradores (2014), em parceria com a Embrapa e com o Instituto de Economia da Unicamp, reunindo diversos pesquisadores que discutem as mudanças ocorridas no cenário rural brasileiro a partir de diversas perspectivas.

A obra *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*, organizada por Grisa e Schneider (2015), vem contribuir com a discussão acerca das políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro e, por conseguinte, sobre as concepções que se tem sobre o meio rural para a formulação e execução de tais políticas, buscando abordar as complexas realidades regionais.

O rural possui diferentes abordagens a partir das diversas tradições disciplinares e contextos históricos em que escrevem os autores. Na economia rural, por exemplo, a lógica sempre foi pensar a partir dos custos e da administração da produção primária, tendo como universo as famílias e empresas ligadas a este setor. Porém, o rural não é apenas um lugar de produção, é também um lugar de vida e moradia (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 414).

Na sociologia, o rural foi estudado na oposição comunidade-sociedade, limitando o objeto de estudo das dimensões da vida social dos pequenos lugarejos e sempre pensando esta esfera com uma relativa autonomia e em aberto contraste com a sociedade envolvente do meio urbano (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 414).

O rural brasileiro, segundo Wanderley e Favareto (2013), é heterogêneo especialmente nas diferentes formas de propriedade da terra e da organização econômica e social. Corroborando nesse sentido Abramovay (2000), quando afirma que a sociedade brasileira não tem dado a devida atenção às mudanças que estão ocorrendo no espaço rural, impedindo a construção de uma nova relação com o seu meio rural.

No mundo rural brasileiro muitas foram as formas de exclusão social que produziram historicamente efeitos devastadores sobre a identidade social daqueles que não estão associados ao modelo tradicional de viver e de produzir no meio rural. Assim,

[...] a pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira, cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização. (WANDERLEY, 2017, p. 69).

A definição oficial do que pode ser considerado como rural está atrelada ao Decreto-lei n. 311/1938 do Estado Novo. Este Decreto-lei define como urbana toda e qualquer sede de município até mesmo as sedes distritais. Assim, o rural é concebido como tudo aquilo que não é urbano. Porém, se levarmos em conta o critério da densidade populacional utilizado internacionalmente para definição do rural, podemos observar que o Brasil não é tão urbanizado quando imaginamos (VEIGA, 2003, p. 34).

Para Veiga (2003), os municípios que possuam até cinquenta mil habitantes e densidade populacional menor que 80 hab./km² (habitantes por quilometro quadrado) devem ser considerados como essencialmente rurais. De porte médio os que possuem mais de cinquenta mil habitantes, ou que possuam densidade populacional maior que 80 hab./km², mesmo que com população inferior a cinquenta mil habitantes. Já os municípios urbanos seriam aqueles com população maior a cem mil habitantes. A partir destas definições, o Brasil possuiria 4.485 municípios rurais, onde residem 30% da população (VEIGA, 2003).

Outra concepção apresentada na obra *Concepções da ruralidade brasileira* classifica os municípios com menos de cinco mil habitantes como rurais, visto que as relações e a dinâmica social dos espaços considerados urbanos são muito distintas dos centros urbanos maiores e, portanto, possuem uma maior interação e semelhança com os espaços rurais (MIRANDA; SILVA, 2013).

O espaço rural não é só agrícola. Há uma confusão entre a noção espacial do rural e a produção agrícola. A economia rural é diversificada, englobando, além da produção primária, a oferta de serviços e agregação de valor com indústrias de pequeno porte, assim como de ser o local de lazer e moradia de muitos trabalhadores e aposentados urbanos.

Na Europa, este processo parece estar mais nítido. Assim como no Brasil, a Europa teve um forte processo de êxodo rural. Após a estagnação do êxodo rural, a Europa teve um processo de “renascimento do rural”, ou uma “recampenização”. As zonas mais rurais destes países passam a ser sinônimos de “melhor qualidade de vida”, porém, sem deixar de lado o bom da vida contemporânea, indicado pelo acesso a bens culturais (CHAUVEAU, 2014, p. 100).

Portanto, o espaço rural não pode ser visto como um resíduo do urbano, nem olhado a partir de uma lógica de oposição. O espaço rural e o urbano supõem uma relação dialética, em que cada vez mais a interação entre estes dois espaços vai sendo uma constante na dinâmica social do mundo rural (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Neste sentido, torna-se importante a discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil, que ganhou novo ímpeto na pós-redemocratização e na promulgação da Constituição Federal de 1988. Schneider (2010) destaca três aspectos importantes desse movimento. O

primeiro refere-se à estabilização macroeconômica, com especial atenção ao problema inflacionário ocorrido no início dos anos 1990, abrindo o debate acerca dos condicionantes e possibilidades do desenvolvimento do País, somado a regulamentação de vários pontos estabelecidos pela nova constituição, como a descentralização política e financeira, na qual os municípios passam a ser entes federados (SCHNEIDER, 2010).

Na década de 1990, ocorre uma mudança no escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais. Estes deixam de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando também a ser proativos e propositivos, em especial, no que se refere à formulação de políticas públicas. O terceiro aspecto a ser considerado é a inclusão nas noções de sustentabilidade e meio ambiente na discussão do desenvolvimento rural, especialmente a partir da realização da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro (SCHNEIDER, 2010).

Acerca da relação entre o Estado e o campesinato no Brasil, Silva (1997) destaca que:

As famílias camponesas que permanecem no campo vivem um constante processo de pressão, inclusive no que se refere a garantida das necessidades básicas para sua produção e reprodução social. Na grande maioria dos casos não há nenhuma forma de subsídio que fomente estas necessidades. O que existe são linhas de crédito com critérios que se aplicam não só as especificidades camponesas, mas às atividades agrícolas tanto de pequeno ou grande porte. Neste caso, o crédito acaba condicionando o campesinato a uma lógica produtiva diferente da construída historicamente pelos povos tradicionais. Isto acaba gerando endividamento constante e cada vez maior destas famílias. (SILVA, 1997, p. 1).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram a intervenção do Estado brasileiro na agricultura e no meio rural. Nestas duas décadas, as políticas públicas foram destinadas a alterar o padrão tecnológico utilizado pelos agricultores a fim de aumentar tanto a produção, quanto a produtividade média por hectare cultivado, no processo conhecido também como revolução verde. Os novos padrões de modernização da agricultura, bem como os projetos de desenvolvimento rural integrado, conforme apontam Grisa e Schneider (2015), seguiram as cartilhas das agências multilaterais (nesta época, o Brasil estava sob o regime militar), tendo como intenção também a integração do país no mercado mundial.

Com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, culminando com os ajustes estruturais, a atuação do Estado por meio das políticas públicas é minimizada. Nesta época entram em cena a atuação do mercado e da sociedade civil como indutores do desenvolvimento.

Os anos 2000 marcam um novo cenário no meio rural brasileiro. Grisa e Schneider (2015) apresentam um cenário multifacetado. O Brasil ainda convive com os dilemas e

desafios que marcaram a formação econômica do País, com destaque ao processo de modernização da agricultura que deixou vestígios no meio rural e ocasionou o aumento desordenado dos centros urbanos. O agronegócio vivendo momentos de pujança, somado a uma retomada da intervenção estatal na economia em virtude da mudança ocorrida na agenda política do País. Alia-se a este processo a ascensão da classe trabalhadora aos espaços de participação social influenciando a agenda das políticas públicas.

3.2 REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO

Imerso em uma grande disputa política por reconhecimento em especial sobre o lugar social que ocupam os pequenos agricultores e agricultoras, encontramos as categorias camponês e agricultura familiar em justaposição à categoria agronegócio apresentado como pujante e desenvolvido. No Brasil, o camponês assume uma dupla conotação. De um lado, ele corresponde às formas tradicionais de agricultura utilização de escassos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente relacionado ao atraso econômico e social. Nesse sentido, a distinção para com a categoria agricultura familiar encontra-se no fato desta ser mais integrada às cidades e principalmente ao mercado (WANDERLEY, 2014).

A autora apresenta que, por outro lado, a categoria camponês apresentou um forte conteúdo político, uma vez que era frequentemente associada ao movimento camponês duramente perseguido durante a ditadura militar. Destaca-se que neste período repressivo a categoria camponês foi esvaziada, buscando sua neutralização com o uso de outras denominações, como “pequenos agricultores”, “agricultores de subsistência” ou “produtores de baixa renda”.

Diversas foram e continuam sendo as estratégias adotadas pelas famílias do rural para garantir a sua reprodução social. Dentre os fatores que merecerem atenção estão as configurações internas, particulares a cada unidade familiar, como o tamanho do lote de terra disponível para exploração, atividades agrícolas desenvolvidas, mão de obra disponível, necessidades individuais dos membros a serem sanadas, costumes e crenças e a relação com o mercado, por exemplo. Relacionado a estes está também a conjuntura externa, ou seja, aqueles fatores que não estão no domínio da unidade familiar, mas que interferem diretamente nas estratégias adotadas por essas, como a variação de preços dos insumos e valor recebido na venda da produção, a disponibilidade de geração de renda não agrícola, a existência de indústrias e/ou mercado consumidor próximo, entre outros (CARNEIRO, 2016).

Ao entrarmos na seara das estratégias de reprodução social das famílias camponesas, torna-se importante compreender a forma pela qual acontece a organização destas e a sua diferença em relação às unidades de produção estritamente capitalistas. Assim,

[...] o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Para Chayanov (1974), é necessário um olhar diferenciado para a economia agrícola familiar. Segundo o autor, “[...] a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens.” (CHAYANOV, 1974, p. 137).

Corroborando, Wanderley (2014) apresenta o camponês como um proprietário que trabalha, empregando a mão de obra da sua família, sendo que também é familiar a sua propriedade. Neste movimento, o produtor familiar guarda duas particularidades importantes. Primeiro, a relação estabelecida com o trabalho, no qual o produtor necessita utilizar as suas capacidades físicas e mentais para o desenvolvimento das atividades. Em segundo, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação e até mesmo da ampliação do seu patrimônio produtivo.

A reprodução social é aqui assumida, portanto, como o conjunto de estratégias adotadas pelas famílias camponesas para garantir a sua reprodução material e simbólica ao longo do tempo. Dentre as estratégias, pode-se destacar a definição dos padrões de herança (definição de quem continua na propriedade – sucessão), a forma do trabalho dentro e fora da unidade familiar e a relação deste com a tecnologia, o acesso à terra caracterizada por minifúndios, dentre outros. Ainda, a reprodução social não pode ser compreendida ou descrita sem levar em conta a estrutura societária mais geral e o período histórico no qual a família se encontra (SHANIN, 2005). A reprodução social leva em conta também os demais componentes da mesma geração que não permanecerão na propriedade, mas que de uma forma ou outra devem ter minimamente assegurada a sua sobrevivência.

A partir destas concepções, a discussão da reprodução social camponesa foi aprofundada e é apresentada a seguir nos itens: identidade camponesa, sucessão familiar no meio rural, terra, trabalho e tecnologia. Na sequência foi dada ênfase a algumas estratégias adotadas pelos sujeitos da pesquisa de campo, abordando a educação formal e sua influência

no rural, a seguridade social, os mercados institucionais, agroindústrias familiares e a produção alternativa, o sistema de integração relacionado à perspectiva dos direitos humanos e, ao final, a pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar.

3.2.1 Identidade camponesa

Discorrer sobre a identidade camponesa insere-nos num campo particular. Primeiro por estarmos tratando de identidade, no sentido estrito, “[...] circunstância de um indivíduo ser aquele que diz ser ou aquele que outrem presume que ele seja.” (FERREIRA, 2017). Segundo, ao adicionarmos campesinidade, referimo-nos a um tipo próprio de identidade com múltiplos sentidos e diversas faces no Brasil rural.

O camponês pode ser concebido como uma mitificação, sendo que ele “[...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.” (SHANIN, 2005, p. 1).

O autor apresenta algumas categorias relacionadas a características pelas quais os camponeses podem ser representados. Uma primeira dada pelo trabalho familiar, em que a família controla os próprios meios de produção articulando a atividade agrícola com outras, como o artesanato ou, ainda, o trabalho assalariado por certo período. O planejamento da produção e o cálculo do lucro diferem muito de uma empresa capitalista, o estabelecimento de trocas entre as famílias não segue uma lógica puramente mercadológica. O seguimento e repasse da tradição de modo oral, associado a mapas cognitivos específicos, como a percepção circular do tempo, somado aos padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional do ser camponês dentro da família, são componentes fundamentais do campesinato (SHANIN, 2005).

“A noção de identidade traz implícita duas dimensões: a pessoal (individual) e a social (coletiva). Estas duas dimensões estão interconectadas podendo ser tomadas como dimensões de um mesmo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização.” (OLIVEIRA, 1976, p. 4). A construção da identidade ocorre tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro, ou seja, a construção da noção de identidade por determinado grupo emana das relações estabelecidas entre os seus membros, bem como da relação estabelecida com os demais grupos, a partir dos quais se fazem reconhecer.

A submissão/subordinação e a inferioridade em relação ao trabalho realizado estão presentes no imaginário dos camponeses e são componentes da sua identidade. A sua

submissão a outrem “alguém de fora” pode ser vista a partir dos intermediários que compram a sua produção e administram as trocas de produtos, a partir da política, ou ainda a partir das influências culturais recebidas.

A identidade, sendo um processo, é construída e assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. Oliveira (1976), ao fazer referência à identidade étnica, apresenta a ideia que a sua construção se dá na oposição com o outro, ou seja, a afirmação do ‘nós’ diante dos ‘outros’. Portanto, a identidade étnica afirma-se na negação da outra identidade, em que o indivíduo ou grupo, a partir dos seus valores, passa a julgar o diferente.

Abordar a identidade camponesa nos remete também ao que Woortmann (1990) chama de campesinidade, ou seja, um modo de ser camponês, uma qualidade de ser camponês presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. De outro modo, pode-se dizer que características camponesas permanecem nas famílias mesmo se estas se submetem a proletarização ou assalariamento.

Portanto, o campesinato aproxima-se de uma classe objeto, como indicado por Bourdieu (1977, p. 4), haja vista que, dominados na produção da sua imagem do mundo e, portanto, da sua identidade social, as classes dominadas não falam, elas são faladas pelas classes dominantes que produzem o discurso social a partir de escritores, jornalistas, pintores, entre outros, impondo os padrões da sua própria percepção. Assim, o camponês é obrigado a construir a sua subjetivação sobre a objetivação imposta pela classe dominante.

Oliveira (2000) enfatiza que, para falarmos sobre a identidade, neste caso a camponesa, é necessário contextualizá-la no interior da sociedade na qual ela se desenvolve. Assim, discorrer sobre a identidade camponesa brasileira impele-nos a debater também sobre etnicidade, reconhecimento e autorreconhecimento.

Entrando na seara da etnicidade, encontramos apoio no estudo realizado por Seyferth (1993) no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A autora destaca que nessa região, assim como em outras regiões do Sul do Brasil, houve a formação de uma identidade camponesa com forte conteúdo étnico a partir do confronto de imigrantes europeus com indivíduos oriundos de áreas rurais próximas, que não participaram diretamente do processo histórico de colonização (SEYFERTH, 1993, p. 31).

Esta identidade étnica é conhecida a partir do termo colono, que

[...] foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificava, igualmente associada à imigração (européia). Grande parte dos imigrantes assentados no sul do Brasil tinham origem camponesa, mas *camponês* e *rural* são termos pouco usados [...]. O termo camponês foi substituído por colono, e é este que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor; de modo análogo, colônia é sinônimo de rural (no sentido amplo) e de pequena propriedade rural (em sentido restrito). (SEYFERTH, 1993, p. 47, grifos da autora).

Seyferth (1993), ao estudar o sentido da identidade étnica teuto-brasileira, afirma que ela está relacionada “[...] a um sentimento de comunidade e solidariedade baseado numa história comum, uma cultura comum – a partir das quais são constituídos os símbolos étnicos (em grande parte de natureza etnocêntrica).”

Tratando-se de uma identidade étnica, a categoria colono é elaborada em dois planos. Um primeiro advindo da evocação da origem europeia, que associa imigração e colonização. No segundo são evocadas as diferentes maneiras de ser camponês. A evocação desta identidade étnica ocorre em muitas oportunidades por contraposição a identidade camponesa denominada como caboclo.

Caboclo é, essencialmente, uma identidade atribuída pelos colonos quando estes se referem a pequenos proprietários rurais e a segmentos da classe operária que não são descendentes de imigrantes – que ‘vieram de fora’, ‘de outros lugares’, quando a obra da colonização já estava completada. A classificação como caboclos tem caráter de estigma, pois envolve atributos profundamente desacreditadores [...] uma verdadeira categoria de crise, surgida no âmbito da campanha de nacionalização. (SEYFERTH, 1993, p. 51-52).

O reconhecimento aparece com um elemento importante na identidade camponesa. Ao tratarmos do campesinato brasileiro, são diversas as denominações atribuídas ao homem que vive e explora as atividades agropecuárias e reside no meio rural, variando conforme a região e forma de ocupação da terra.

Os camponeses transitam por vários campos, sendo ora pecuaristas, comerciantes quando comercializam a sua produção, e ora recorrem aos benzedores para protegerem o seu rebanho, por exemplo. Podem integrarem-se ao mercado por meio do sistema de integração, mas têm no trabalho coletivo e entre ajuda comunitária um valor fundamental a sua estratégia de vida. Podem, ainda, ser nominados como caboclos ou brasileiros, quando considerados como habitantes natos, não de origem. Sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, chacareiros e quilombolas são mais algumas das expressões pelas quais os camponeses se autorreconhecem e são reconhecidos ou rotulados pela sociedade (WOORTMANN, 1995).

O estudo de Renk (2000), ao abordar a identidade camponesa tendo como espaço de análise o município de Palmitos (SC), aponta que os camponeses se identificam e são identificados como colonos, e raramente como camponeses, como já foi observado por outros autores em abordagem semelhante no Rio Grande do Sul. A aceitação e aproximação com o termo colono, segundo a autora, tem suas origens na categoria administrativa utilizada pelo Estado para designar todo aquele que recebia um lote de terra nas áreas destinadas à colonização no século XIX, sendo posteriormente assumida como uma identidade social dos pequenos proprietários rurais, imigrantes alemães e italianos.

Enquanto atores com inserção em atividades públicas, como o cooperativismo, sindicalismo e mesmo atividades religiosas, podem variar a auto-atribuição: ora são colonos, ora, com eufemismo, são produtores, agricultores, trabalhadores rurais ou pequenos produtores. Agricultor é a categoria acionada mais usualmente utilizada entre aqueles com maior grau de escolarização, e faz parte também do linguajar empregado por técnicos agrícolas, veterinários e agrônomos. (RENK, 2000, p. 161).

A terminologia utilizada para se autodesignar depende do contexto em que acontece o discurso, optando-se pelo mais rentável politicamente. Nos documentos, por exemplo, utiliza-se a descrição agricultor, este ainda é invocado indicando a saída de um processo de produção voltado apenas para o autoconsumo, relacionado no senso comum ao camponês. Na sindicalização, o termo mais utilizado é trabalhador rural, equiparando-se ao trabalhador urbano, assim, os dois são trabalhadores.

A identidade social dos colonos guarda ambiguidades e ambivalências. Renk (2000) argumenta que ele se vê enquanto agricultor, recorrendo ao eufemismo e ao discurso produzido pelos profissionais do discurso, mas continua sendo visto como colono, associado ao rústico, opondo-se ao urbano, no seu sentido etimológico. A partir da concepção, o colono é associado à imagem do camponês concebido como rústico, bárbaro e necessitado de tutela. Em outros momentos, apresenta-se de forma positiva, quando reivindica o pioneirismo, enquanto uma das virtudes étnicas desse camponês.

A respeito deste termo, a autora afirma que: “A ideia de pioneirismo está acoplada à de conquistador, de desbravador, aquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos de origem, com uma de suas virtudes étnicas.” (RENK, 2000, p. 164).

Em relação ao autorreconhecimento, os camponeses transitam por diversos campos. Por exemplo, no Sul do Brasil, quando se faz referências ao pioneirismo dos imigrantes

européus, estes se reconhecem como colonos; ao buscar crédito por meio da política pública do Pronaf, consideram-se agricultores familiares.

Ao discutirmos as identidades camponesas, identificamos diversas referências atribuídas a essa. Na microrregião, os camponeses se autorretratam de diversos modos. Tratando-se de um campesinato com características étnicas, as duas principais referências deram-se em torno dos termos colono e sua contraposição aos caboclos. Embora suas práticas e modos de vida nada os diferenciava, são frequentes as referências à origem europeia.

Há de se considerar, porém, que existe um processo de valorização e autovalorização da condição camponesa. Conforme entrevistado:

De fora também, com certeza hoje você, que nem te falei antes, quando você há vinte anos atrás eu tinha até vergonha de ser agricultor, hoje não, tipo eu olhando para mim. Chegava a gente na cidade: ‘bah, mas é um colono’. Hoje se fala em agricultor é muito mais valorizado, muito mais pelo que a gente percebe a sociedade da cidade olhando para o interior já tem bem outra visão. Não é mais aquele cidadão, o coitadinho, vive naquele sofrimento, mudou é outra coisa. (RBH2^a).

A interação dos moradores do meio rural com o meio urbano e estudos, por exemplo, acaba por ressignificar a forma de como os moradores do meio rural se veem. Embora não exercendo diretamente a atividade agrícola na propriedade, a terminologia agricultor familiar é apresentada pelo jovem entrevistado.

É hoje assim eu, a partir também do que a universidade me proporciona a questão de estudo, eu assim, eu tenho muita clareza que eu sou agricultor familiar, mas com certeza assim se pega minha família, meu pai talvez ele denomina a questão de agricultor, mas muito fortemente vai ficar a questão do colono, é essa a visão geral que se tem, a questão do povo da roça, o colono, inclusive assim, muitas vezes, a questão de preconceito por trás, inclusive. (PMH2^a).

Ser colono remete a um passado de discriminação, como relembra a entrevistada. Em seu discurso transparece uma oposição ao termo colono:

Uma vez era vista como até, como posso explica, era uma forma de tu isolar as pessoas. Desde a escola, a discriminação; ah, era colono. Hoje não. (PPM2^a).

Embora acionada em discursos para enaltecer o pioneirismo dos antepassados, a categoria colono é colocada em segundo plano pelas gerações mais novas.

A produção de alimentos, especialmente para subsistência, é uma característica do campesinato. Presente nos discursos das organizações representativas dos próprios camponeses da microrregião está a produção de alimentos como elemento distintivo. Esta é a

imagem acionada para autoidentificação, colocando-se em contraposição a imagem do colono que possui arraigada a visão rústica e desprezada da família camponesa, como pode ser observado no relato do participante.

Eu me vejo como produtor de alimentos. Eu, uns anos atrás, quando chamava de colono, ele era muito humilhado, muito desprezado, hoje não. Hoje é respeitado e valorizado nesse sentido. (PRH1^a).

A produção de alimentos está associada a uma revalorização do espaço rural fruto também da gama de políticas públicas de estímulo à produção de alimentos para comercialização, especialmente, para os programas institucionais como o PAA e o PNAE.

3.2.2 Sucessão familiar

A família tem sido estudada na antropologia brasileira como unidade de produção e de consumo, e também como uma importante instituição para a regulamentação e controle do comportamento e preservação de valores culturais (WOORTMANN, 1995).

Ao introduzir a discussão sobre a sucessão no meio rural, há de se fazer um parêntese para compreender a diferença entre os empreendimentos agrícolas comerciais e as unidades familiares camponesas, focos desta pesquisa, e isso, sobretudo, devido à enorme complexidade e riqueza de formas sociais que comportam essas últimas (MALAGODI, 2017, p. 56). O autor sugere a necessidade de ampliarmos o horizonte de análise para além do fator renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos camponeses, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas deste modo de vida e produção.

O produtor empresarial tem o objetivo de maximizar o investimento de capital privado (daí estar de olho nas tecnologias poupadoras de mão de obra), já o produtor familiar camponês visa à utilização plena da própria força de trabalho, no que recorre aos recursos naturais disponíveis e no conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos (eventualmente herdado). Mas ambos estão voltados à reprodução da família e da vida das pessoas, embora uns usem a estratégia da acumulação de capital e o outro a maximização da sua própria força de trabalho e do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. (MALAGODI, 2017, p. 56).

Seyferth (2011), a partir de revisão bibliográfica, apresenta a centralidade da discussão acerca do trabalho familiar na pequena produção camponesa. Woortmann (1990) destaca que a análise da família camponesa por diversas vezes foi concebida apenas como uma unidade econômica, porém, acima de uma unidade econômica, ela apresenta e representa um modo de

vida. O autor refere-se ao valor família, que é permanente no tempo, um valor moral que perpassa gerações.

Assim, Seyferth (2011, p. 398) afirma que “[...] o lar camponês deve ser visto como unidade econômica específica, e o produto anual, descartados os gastos com a subsistência, é unitário, global, produto da atividade dos membros da família.” Portanto, a renda é familiar e não são aplicados salários aos membros da unidade produtiva. No entanto, torna-se necessário destacar que a produção realizada na unidade econômica não advém exclusivamente das rendas agrícolas, compondo-se também do artesanato e trabalhos realizados fora do estabelecimento.

A discussão proposta por Woortmann (1990) sugere que tomemos a família camponesa para além do seu aspecto puramente objetivo e consideremos também as condições subjetivas. O autor sugere, assim, que a família camponesa seja analisada para além do seu papel produtivo dentro da sociedade capitalista, e concebida como expressão de uma moralidade que congrega as categorias família, terra e trabalho, sendo perpassadas por valores e princípios organizatórios centrais, como a honra, a hierarquia e a reciprocidade (WOORTMANN, 1990).

A família camponesa é fortemente perpassada pela sociedade androcêntrica, em que a figura do pai torna-se central na condução dos destinos do grupo. Está associado à figura do pai, por intermédio de um sistema hierárquico a honra e obrigação de possibilitar a reprodução social da família. Para tanto, ele encarna também o trabalho como um valor moral distintivo (WOORTMANN, 1990).

Ainda, a família camponesa pode ser tomada como uma unidade indivisível de produção e consumo, hierarquizada, observando gênero e faixa etária, com vínculos de consanguinidade e de afinidade e, eventualmente, de adoção. Apresenta um caráter dinâmico, abrigando duas ou três gerações no mesmo teto (RENK; BADALOTTI; WINCKLER, 2010).

As relações de parentesco trazem consigo ideias de gênero, de criação, de compadrio, influenciando os comportamentos e as relações interpessoais. Para compreender as regras que ditam as relações familiares, segundo Renk (2000), é preciso observar as situações concretas em que elas acontecem. Para tanto, o casamento atua no campesinato como forma de perpetuação do patrimônio familiar, como estudado por Woortmann (1995). A endogamia, tanto de lugar, quanto de sangue, é constituinte, por exemplo, da perpetuação do padrão sucessório do campesinato dos Sítios no Nordeste e da Casa Tronco no Sul do Brasil.

A família atua como transmissora de valores, que asseguram a reprodução de um modo de vida. Não raro no Brasil rural, fortemente perpassado pela moral católica, a família

desempenha um papel regulador das relações afetivas, sobretudo, na constituição de novas unidades familiares.

Renk (2000) sugere que a concepção de parentesco/família e árvore (origem) é fundamental para compreender o significado de família, não no sentido estrito, como os genealogistas a utilizam, mas das relações que se estabelecem a partir desta concepção. Portanto,

[...] entre os brasileiros da região ocorre a associação parentesco/árvore, quando se referem aos ancestrais como ‘troncos velhos’ e consideram parentes todos os que descendem de um tronco comum. Os italianos valem-se das categorias tronco e toco para se referirem à consanguinidade, na qual raiz e broto marcam as distâncias geracionais. Todos os brotos que pertencem à raiz comum são parentes. Dentre os alemães, o mais frequente é associar família ao tronco – *stam* –, ou seja, a família tronco. (RENK, 2000, p. 137).

No estudo acerca dos camponeses no Sul do Brasil, Renk (2000) apresenta a concepção de família como uma categoria de discurso e um princípio organizatório para os colonos alemães e italianos. Estes fazem uma distinção entre os “parentes de sangue” e os afins. Um exemplo desta distinção é encontrado no discurso que afirma: “cunhado não é parente, mas quando casa (com irmã), fica parente” (RENK, 2000, p. 138).

O contato cultural dos filhos dos camponeses com o meio urbano, o prolongamento da escolarização dos mais jovens, as possibilidades de assalariamento e a subdivisão dos lotes rurais, gerando minifúndios, são alguns dos desafios colocados ao processo sucessório do campesinato (CHAMPAGNE, 2007).

Adentrando na seara do ensino formal, cabe destacar que existiam nas comunidades rurais diversas escolas que proporcionavam acesso aos estudos básicos, geralmente até a 4ª série. O seu fechamento é relatado pelos entrevistados como uma causa para a dificuldade na sucessão familiar, tendo em vista que com a chamada nucleação escolar os estudantes na sua grande maioria passaram a estudar nos centros urbanos, como relatado por um entrevistado:

Os estudos, desde que tiraram as salas de aula das comunidades, foi praticamente em segundo plano, tirar eles [os jovens] da agricultura. Por que lá nessas salas de aula, elas não são voltadas para formar agricultores. Não são. Só coisa de comércio. Coisa de indústria. E faz a cabeça do aluno. (AKH1ª).

Esta tese necessita de estudos mais aprofundados, haja vista que se constitui em um ponto de análise que no conjunto possibilitou a abertura de novos horizontes aos estudantes em um momento que, segundo os entrevistados, não havia perspectivas para a agricultura.

Ao empreendermos a discussão acerca da sucessão familiar no meio rural, faz-se necessário perguntar: por qual razão é importante que a sociedade se preocupe com a formação de novas gerações de agricultores? Haja vista que ela não se preocupa da mesma forma com a formação, por exemplo, de eletricitas, marceneiros e tantos outros, que exploram as atividades muitas vezes com características familiares de exploração da força de trabalho e que acabam não recebendo incentivo do Estado por meio de políticas públicas (ABRAMOVAY et al., 1998). Nessa perspectiva, Abramovay e colaboradores (1998) apresentam a particularidade da agricultura e que seu exercício profissional por parte das novas gerações envolve muito mais que um aprendizado de um ofício, e passa pela gestão de um patrimônio imobilizado em terras e capital.

Esse patrimônio imobilizado possui um duplo sentido social. Por um lado, ele é a base material de um negócio mercantil e, por outro, é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da unidade familiar. Assim, seriam três fases que envolveriam a formação de novas gerações de agricultores. Uma primeira representada pela sucessão profissional, ou seja, a passagem da gerência do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para a próxima geração. Segundo, a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes. E, por último, a aposentadoria, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõem a unidade produtiva (GASSON; ERRINGTON; 1993, p. 183 apud ABRAMOVAY et al., 1998, p. 18).

O processo de sucessão na família camponesa, ou seja, a definição de quem continua na propriedade, os padrões de herança e as estratégias a serem adotadas pelos demais membros do grupo familiar (filhos) são aspectos importantes na análise do campesinato.

Numa estrutura [...] em que o grupo familiar ocupa uma posição predominante nos mecanismos de reprodução social, [...] o problema essencial que se põe aos camponeses idosos é menos o de reter na exploração os filhos do que o de atrasar o mais possível o momento em que eles lhes sucederão. (CHAMPAGNE, 2007, p. 129).

O autor, ao estudar o campesinato francês (em transformação), sugere que um dos desafios é o de garantir que ao menos um dos filhos se interesse por continuar as atividades agrícolas desenvolvidas pela família, mantendo a ligação ao território.

A condução do processo de sucessão familiar no meio rural é delicada e envolve uma série de questões importantes. Com a diminuição do número de filhos, o processo sucessório na mesma propriedade tende a acontecer enquanto os pais ainda estão em plena atividade de trabalho, fato este que ocorria na velhice dos pais em tempos passados.

Como abordado por Renk (2000), as relações familiares do passado tendem a ser idealizadas como espaços de plenos de harmonia e respeito nos discursos dos sujeitos. Porém, ao olharmos o resultado da pesquisa de campo da autora e as narrativas dos sujeitos desta pesquisa, torna-se possível identificar as tensões que estão colocadas no seio familiar.

Aqui eu te digo bem certo, aqui o pulso firme esse eu não entrego tão já [logo]. Mas toda coisa que é planejada para fazer, a gente sempre conversa, faz junto. Eu tenho, que nem esse rapaz que mora conosco, eu não tenho medo de investir aqui por que eu sei que as coisas funcionam, ele tem a cabeça bem firme [pés no chão], no lugar, mas é novo ainda. Ele está com vinte anos. Então ele precisa, eu tenho que pegar confiança total nele, para largar os negócios na mão dele. (RKH2^a).

Nas observações de campo e experiência acumulada ao longo de mais de dez anos de atuação junto a uma instituição financeira de crédito, confirmam-se os estudos, ora já realizados por Abramovay e colaboradores (1998) no município de Saudades (SC), em que apenas 25% das mulheres entrevistadas responderam que gostavam de ser agricultoras e seguiriam na profissão. Dez anos depois, Vitorino e Goldschmidt (2010) constataram o aprofundamento desta situação, sugerindo que a sucessão nas propriedades familiares é realizada quase que em sua totalidade pelos jovens do sexo masculino. O relato do participante PMH3^a apresenta esta situação:

São poucas as meninas que continuam no interior. Aqui na comunidade não tem nenhuma, nenhuma. Nenhuma quis ser agricultora. Algumas até moram, mas não querem saber de roça. Acho que 99% das moças não ficam no interior. (PMH3^a).

Nesta compreensão corroboram as autoras Renk, Badalotti e Winckler (2010), ao discutir as mudanças nas relações de gênero no campesinato do oeste catarinense.

Por longo período histórico, as mulheres ocupavam o estrato subalterno de um grupo subalternizado. [...] A hierarquização familiar, o papel da chefia masculina, a autoridade e o autoritarismo do chefe da família e o trabalho eram constitutivos dos vínculos familiares. [...] No sentido habitual, a mulher e os jovens, apesar da longa jornada de atividades, não trabalhariam. O trabalho era prerrogativa do chefe da família. (RENK; BADALOTTI; WINCKLER, 2010, p. 372).

Atualmente, são poucas as experiências de sucessão envolvendo o gênero feminino. Estas, em sua maioria, chegam a residir no meio rural junto aos companheiros, mas buscam rendas externas à propriedade familiar, fator que contribui para o crescimento da pluriatividade na microrregião.

Na observação de campo foi possível perceber que existe um novo modelo de sucessão familiar se desencadeando no meio rural da microrregião. Ela passa a ressignificar as relações dentro da propriedade rural, sendo ilustrada pelo filho/filha que passa a residir no meio rural, na mesma propriedade dos pais, por opção, buscando qualidade de vida enquanto a renda é auferida fora da propriedade.

Tu pega o caso do vizinho, não é conflito de geração, é qualidade de vida, também custo, opção, tu vais gastar ali 150 mil em um terreno, com isso tu vai construir a casa. (PMH2^a).

Neste caso, a condução da atividade produtiva continua a ser desenvolvida pelos pais, não ocorrendo a sucessão do comando da propriedade, enquanto que a segunda geração (dos filhos) instala-se, contribuindo em algumas atividades a título de aluguel. O acesso a práticas culturais também possui influências no processo sucessório. No meio rural brasileiro, ainda é marcante a diferença no acesso ao lazer e práticas culturais entre o rural e o urbano (CHAUVEAU, 2014, p. 100). Para a autora, residir no meio rural catarinense significa morar em um ambiente natural, com núcleos populacionais menores.

Significa também, na maioria das vezes, não ter outra escolha senão a agricultura, não ter acesso a uma rede de mobilidade e de comunicação eficiente, morar em casa muito distantes uma das outras e ainda mais distantes de qualquer centro urbano, e ter dificuldades de acesso a qualquer serviço ou infraestrutura. (CHAUVEAU, 2014, p. 100).

O contato com o meio urbano passa a suscitar especialmente nos jovens a necessidade de consumir produtos culturais diversificados, além dos tradicionais. Chauveau (2014) aponta que existe uma certa “inveja” do modo de vida rural em relação ao urbano. Embutidos nesta “inveja”, além de outros fatores, estão as questões do direito ao lazer e o acesso a uma oferta cultural diversificada.

‘Poder sair no sábado à noite’. ‘Ir ao cinema’. [...] ‘Viajar de vez em quando’. ‘Ter um lugar onde encontrar outros jovens’. ‘Ter acesso a uma prática artística original’. [...] ‘Ter acesso à internet’. [...] Esses são direitos fundamentais que esses jovens têm, e eles não deveriam ter que morar em cidades para poder ter acesso a tudo isso. (CHAUVEAU, 2014, p. 100).

A questão que se coloca ao fundo é a necessidade de os moradores rurais buscarem fora do seu meio a prática de atividades lúdicas e culturais. Não que só existem boas práticas culturais no meio urbano, no meio rural elas também existem. Assim, Chauveau (2014) diz que no meio rural poder-se-ia ter acesso ao melhor dos dois mundos (o urbano e o rural).

Associa-se às práticas culturais outro tema fundamental para o processo sucessório, a liberdade. Liberdade esta representada pelo tempo livre e relacionada à execução das atividades diárias que não possibilitam descanso em feriados e finais de semana. Os relatos apresentam que os agricultores que exploram as atividades pecuárias, que são a sua grande maioria, não possuem tempo para viajar, sair de casa, uma vez que o manejo das atividades exige a presença constante. Sobre este tema, manifestou-se um dos sujeitos entrevistados:

Amarração. A liberdade que tem nos finais de semana na cidade. Oportunidade de diversão. Nós não temos oportunidade de diversão para o jovem. Eu tenho uma preocupação com os meus já. Não tem mais. (PKH2^a).

Assim, uma compreensão a ser superada está relacionada à centralidade do espaço urbano, na qual o rural é visto como um perímetro que está à margem do espaço urbano, sendo posto também a margem das políticas públicas. Associado a este encontramos a “[...] visão do urbano como referência de modernização, o que acabar por impor a lógica urbano-industrial-capitalista como eixo central do processo de desenvolvimento rural.” (SIMÕES, 2016, p. 34).

3.2.3 Terra, trabalho e tecnologia

Uma das características fundamentais do campesinato é a exploração de pequenas áreas de terra, portanto, a terra não é concebida apenas como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade, sendo um patrimônio familiar, sobre a qual se faz o trabalho e também se constrói a família (WOORTMANN, 1990). Para o autor, falando a respeito dos camponeses nordestinos, a terra deixa de ser uma simples mercadoria de troca e adquire contornos sagrados podendo a sua conquista ou posse ser atribuída a dádiva de Deus.

A terra para o camponês apresenta-se como um direito, como um valor de uso com finalidades produtivas, e não primordialmente como um bem comercial, como uma mercadoria (MALAGODI, 2017). Ser dono da terra no mundo camponês remete a uma ordem moral. O camponês não é proprietário, condição em que a terra é tratada como mera mercadoria. A terra é patrimônio que pode e, na medida do possível, deve ser transmitido de geração em geração (ficar na família), de acordo com os padrões camponeses de cada lugar (WOORTMANN, 1990), como pode ser visto no relato de um dos entrevistados:

Eu era vendedor ambulante de (mandioca), quando eu via que alguém estragava alimentos eu chamava atenção, eu falava assim: ‘tu um dia vai sofrê ainda, por que alimento é uma coisa tão sagrada que tu nem imagina, por que ele cresceu na terra e

a terra é a terra mãe de tudo. Sem a terra você não consegue fazer a casa, sem a terra você não consegue fazer planta'. Então a terra é fundamental e quem tem vocação para ser agricultor, ele jamais vai abandonar a terra. (ASH1^a).

O autor destaca que o camponês do Nordeste brasileiro, por exemplo, torna-se “dono de terra” não por tê-la comprado e pago, mas por ter trabalhado para conquistá-la. Nesse sentido, o trabalho adquire uma importância fundamental no *éthos* camponês. Esse mesmo sentimento do trabalho empenhado para aquisição da sua área de terra é evocado nos discursos dos entrevistados.

A concepção e relação que os camponeses estabelecem com o trabalho e a forma de exploração das unidades auxilia na compreensão da reprodução social que é estabelecida no campesinato.

Ao discutirmos a categoria trabalho na concepção camponesa, partimos do pressuposto que o trabalho é exercido pelos membros da unidade familiar. Desse modo, a produção da unidade pode ser interpretada sob dois aspectos. Um primeiro representado pelo seu valor de troca, ou seja, qual a possibilidade de lucro presente no produto que possibilite a entrada de novos recursos à família. O segundo passa pelo suprimento das necessidades de subsistência mais imediatas da família, haja vista que a produção camponesa é comercializada apenas em parte (SEYFERTH, 2011).

A categoria trabalho pode ser associada à ideia de produzir algo em troca de algo. Tudo que não serve para ser trocado não pode ser considerado trabalho. A evocação do trabalho como emancipador do ser humano, a penosidade como um componente do trabalho camponês, reforçada pela tradição cristã católica “do suor do rosto, comerás o teu pão” como condição para alcançar a felicidade, perpassa a história (ARENDR, 2007).

A autora discute o trabalho a partir de duas categorias, labor e trabalho, e destaca que

[...] todas as línguas europeias, antigas e modernas possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade, e conservam ambas a despeito do fato de serem repetidamente usadas como sinônimas. (ARENDR, 2007, p. 90).

Toda discussão acerca do labor e trabalho parte, segundo a autora, de uma concepção política acerca do tema. O labor é relacionado a condição servil empregada desde a Idade Média, referindo-se as atividades e tarefas inerentes e necessárias para a reprodução humana. O labor é considerado como o trabalho que torna capaz a vida humana, sendo o trabalho empregado a fim de manter as condições de reprodução. O trabalho é tomado como algo que não tem e não gera resultados visíveis, sendo consumido tão rapidamente quanto é realizado.

Já a concepção moderna de trabalho que aboliu a diferença entre o labor e trabalho é encontrado nos trabalhos de Marx e Smith. Ambos concordam que todo trabalho deve ser produtivo, ou seja, deixar algum resultado para a sociedade. Arendt (2007) destaca que a produtividade do trabalho deve acrescentar novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos.

O trabalho como produtor de objetos constitui-se em uma categoria da identidade camponesa e étnica dos colonos e alemães e italianos, em oposição aos “caboclos brasileiros” e indígenas. É na relação do trabalho, que também ocorre um aprendizado, onde a geração ascendente transmite os saberes práticos à outra geração (RENK, 2000).

Para a autora, a atividade agrícola para os colonos alemães e italianos vem carregada de positividade, associada à pequena propriedade e à família, apresentando-se como uma atividade nobre, que “adoça a vida”, transformando-se num *éthos* que os diferenciava dos “brasileiros”.

A virtude do trabalho, mesmo autoexplorado, valorizando a força física, é apresentada como excelência da condição camponesa, e não como penosidade. Ainda, a recorrência ao trabalho assalariado entre os colonos é uma estratégia atribuída aos colonos “fracos”, muito pobres, geralmente antes do casamento. Para os homens, esta estratégia servia para angariar fundos a fim de adquirir utensílios para a exploração agrícola. Para as mulheres, o assalariamento servia para aquisição do enxoval (RENK, 2000).

Na relação urbano-rural, o trabalho passa pela representação da categoria tempo livre. “Trabalhadores urbanos recebem tempo livre como finais de semana, feriados e férias remunerados. Entre os agricultores ocorre o contrário, o tempo livre é tempo considerado perdido.” (RENK; DORIGON, 2014, p. 86). Segundo os autores, esta pressão social presente no meio rural advinda do mundo do trabalho permeia toda a vida dos colonos, fazendo, inclusive, que mesmo após a aposentadoria homens e mulheres busquem ocupação do seu tempo em atividades possíveis de acordo com a condição física.

Na ética camponesa, o trabalho também tem a pretensão de realizar a acumulação primitiva, ou seja, garantir os recursos mínimos necessários a reprodução social do grupo doméstico.

A busca de trabalho assalariado não representa em muitas oportunidades o desligamento do mundo camponês, sendo uma estratégia costumeiramente utilizada nos períodos de entre safra, pela escassez da terra para cultivo ou de pouco “trabalho” na unidade familiar. Mesmo dentro da unidade camponesa, pode-se recorrer ao trabalho assalariado como

complemento nas épocas de pico, porém, o mesmo é sempre temporário. Para as atividades permanentes, o trabalho é fornecido pelo grupo doméstico (WOORTMANN, 1990).

O trabalho na ótica camponesa deve ser gerador de vida. Assim, a implantação no Brasil e em outros países da agricultura empresarial, denominada de *plantation*, conflita com o mundo camponês. Outras estratégias adotadas frente à organização do trabalho na lógica camponesa são encontradas nas relações de reciprocidade estabelecidas entre vínculos de parentesco. É comum acontecer a “troca de dias” de serviço, em face do pagamento em dinheiro, portanto, a relação dificilmente é monetarizada.

No mundo camponês, a reciprocidade, por vezes, não é considerada como trabalho, mas “ajuda”. Na expressão coloquial: “Eu ajudo meu vizinho, e quando ele precisa eu vou ajudar ele.” A partir desta compreensão, a lógica camponesa do trabalho distingue-se da lógica imposta pelo capitalismo, que vê o campesinato apenas como um modo de produção com sua própria lógica ou como resultado de determinações a ele impostas (WOORTMANN, 1990).

Corroboram a afirmação de Redin e Silveira (2009), em que apontam que o camponês mantém práticas fundamentadas na reciprocidade, apresentando uma diferença com a perspectiva capitalista do meio rural empresarial. Para os autores, a estratégia utilizada pelo camponês busca minimizar os riscos a que fica exposto e se proteger do “mundo externo”.

Embora aconteçam num plano bem menor que em outros tempos, as práticas de reciprocidade ainda estão presentes no meio rural da microrregião. Esta diminuição, deve-se a dois fatores. Um primeiro relacionado a uma certa ‘autonomia’ adquirida com a possibilidade de aquisição de bens de consumo e mudança nas práticas produtivas. Um segundo representado pelos moradores rurais, que, por possuírem ocupações urbanas, limitam seu tempo e possibilidades de trocas de serviços.

Chama a atenção, no entanto, uma nova forma de reciprocidade, baseado na troca de horas de serviços de máquinas agrícolas. Ela não se dá só no plano das trocas de dias de serviço entre os moradores, mas avança para a troca de serviços realizados com máquinas, conforme relata o entrevistado.

Muito pouco, isso não é mais tanto. Até assim, serviço de máquina, hoje eu tenho as minhas máquinas, o vizinho também tem as dele, mas quando é hora da colheita na silagem dá aperto, aí precisa pegar mais uma máquina junto. Aí um ajuda o outro. E isso funciona muito bem, daí eu não preciso pagar hora de máquina, que a hora particular se torna caro, e nem o vizinho precisa. (AKH2^a).

O trabalho familiar, por muitas vezes, é tido como oposição ao assalariado dentro de uma concepção camponesa. Porém, como sugere Woortmann (1990), tudo depende de onde este trabalho é desenvolvido e quem está se relacionando através dele. Nesse sentido, não há uma contradição clara entre os dois modos de trabalho que coexistem no campesinato.

A recorrência por parte do camponês ao trabalho assalariado por determinado período pode representar ou buscar garantir a reprodução social da família. No caso da contratação de assalariados temporários nas unidades camponesas, esses acontecem em caráter temporário, sendo o trabalho permanente exercido pelo grupo familiar (WOORTMANN, 1990).

Sendo o trabalho uma categoria ética para o campesinato, o assalariamento, quando praticado fora das unidades camponesas, é considerado como uma humilhação, sujeição assemelhando-se ao cativo. O trabalho, neste caso, conforme Woortmann (1990), deixa de ser gerador de vida e torna-se o oposto da vida.

A recorrência ao trabalho assalariado e as trocas através da reciprocidade e do parentesco permitem, em grande medida, nas palavras de Woortmann (1990, p. 26, grifo no original), ser “[...] possível ao pai desenvolver o *negócio* ou a *arte* e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato.”

Na ética camponesa, o trabalho duro (*labuta*) e a tecnologização (uso de máquinas) possuem diferentes interpretações. Woortmann (1990), ao abordar a troca de posseiros pela introdução do trator e da figura do tratorista para cultivo da terra no Brasil central, revela o trabalho como sendo aquele desenvolvido pelos posseiros, sendo a mecanização vista com desconfiança.

A concepção de trabalho para o mundo camponês reside, portanto, no fato da utilização das mãos (esforço físico) para realização das atividades. A utilização de máquinas que possibilita a realização do trabalho em menor tempo e cria condições de tempo livre é tomada por vezes como “gerador de preguiça”. Assim, a moralidade camponesa concebe o trabalho como digno se advindo do trabalho sobre a terra, e não como negociante em que se ganha às custas do trabalho alheio (WOORTMANN, 1990).

Embora presente na ordem moral do rural da microrregião de Pinhalzinho, este fenômeno apresentado pela autora já possui traços distintos. Para alguns entrevistados, a inserção de máquinas para o cultivo de terras e explorações pecuárias é vista de forma positiva.

Se for olhar antigamente quando a gente era novo a gente era em quatro, cinco pessoas e o ano inteiro praticamente mexia com a terra. Hoje a máquina em questão de dois ou três dias faz todo o serviço e sem contar o trabalho penoso que não é mais. (RBH2^a).

Ele [o trabalho] facilitou bastante, o trabalho facilitou bastante com a tecnologia, só que o serviço aumentou, aumentou o serviço, o trabalho, não a judiaria [penosidade], a judiaria se foi mais. Hoje se trabalha mais, que nem uns anos atrás tudo era braçal, hoje já é bem diferente. (RRH2^a).

Outro aspecto revelado nos discursos refere-se à penosidade do trabalho no meio rural. Decorrente da diminuição da mão de obra disponível para realização das atividades e consequente mudança no sistema de produtivo das pequenas propriedades, o trabalho, na avaliação dos entrevistados, aos poucos deixa de ser considerado como penoso. No entanto, os relatos dão conta que a execução das atividades agrícolas e pecuárias na atualidade requer mais horas de trabalho e maior atenção.

Ainda é um pouco [difícil], por que a gente não para durante o dia, tem muita coisa pra fazer. A propriedade é grande, tem muita coisa para ser feita e estamos em poucas pessoas. Mas mudou muito, mudou muito. Por que uma vez se trabalhava no fumo, plantava fumo, milho, feijão para vende até com soja trabalhávamos um pouco. Hoje não, a gente tem o chiqueiro de porco a gente trabalha na sombra. O serviço ali é leve, não é judiado e nas vacas de leite também. É bastante trabalho, mas trabalho leve, mais fácil de fazer. (RKH2^a).

A profissionalização na execução das atividades agrícolas, tratando-se da pecuária leiteira e criação de aves e suínos, exige que o agricultor dedique em muitas oportunidades tempo integral para manutenção das atividades. Este fenômeno já fora identificado por Bonamigo, Renk e Dorigon (2015), ao analisar o sistema de integração na região oeste de Santa Catarina sob a perspectiva dos direitos humanos do trabalhador. As observações de campo dão conta e visualizam uma assimilação deste processo de trabalho que compõe um modo de ser dos moradores do meio rural da microrregião.

3.2.4 Educação formal como estratégia e sua influência no rural

A busca por estudo ou não também é uma estratégia diretamente relacionada ao padrão sucessório adotado no campesinato, como aponta Champagne (2007). O acesso à educação por parte dos moradores rurais em todos os seus níveis chama a atenção nos dados obtidos na pesquisa de campo. Não se tem por objetivo avaliar a qualidade ou as metodologias utilizadas para acesso ou ampliação da oferta do ensino formal, mas apresentar algumas considerações e experiências relatadas pelos sujeitos da pesquisa.

Esta estratégia está baseada em um movimento aparentemente natural, porém, perpassa o processo histórico do meio rural. Em muitos casos, o ingresso em um curso

superior por parte dos jovens e/ou ainda o apoio moral e financeiro recebido dos pais decorre da impossibilidade da divisão ou exploração do lote de terra disponível. Assim, o acesso ao ensino revela-se como uma espécie de herança antecipada equivalendo, por exemplo, a conseguir adquirir um pedaço de terra, para tirar o seu sustento.

A associação entre baixo nível educacional e o trabalho na propriedade rural era um mecanismo frequente acionado pelos moradores do espaço rural na microrregião. Esta estratégia parte do princípio que, para o trabalho físico na agricultura, não é necessário concluir os estudos formais, presente nas afirmações ‘para ser agricultor não precisa estudar’ e ‘estudar é perda de tempo, melhor trabalhar’. Esta concepção apresenta alguns movimentos de mudança na microrregião. Embora ainda seja frequentemente acionada, percebe-se a necessidade de conhecimento formal para melhor administrar as unidades familiares.

O acesso à educação de nível básico e médio por parte dos filhos das famílias agricultoras acontece em todas as localidades do meio rural, com a disponibilização do transporte público gratuito. O ensino básico também está presente em outras gerações. Com a descentralização das turmas do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) nas comunidades do interior, muitas pessoas puderam e estão tendo acesso ao Ensino Básico e Médio. Esta possibilidade de buscar novos conhecimentos provoca uma melhora significativa na autoestima das/os estudantes, que, na sua grande maioria, são mulheres que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo oportuno.

O acesso ao Ensino Superior por parte dos filhos dos agricultores sempre foi um sonho. Foram raros os filhos de agricultores que puderam cursar o Ensino Superior em outras épocas. Porém, no último período, especialmente na última década, os moradores da microrregião tiveram um gama de oportunidades advindas da ampliação da oferta de cursos e melhora na situação econômica das famílias que puderam vislumbrar na educação uma oportunidade para a vida. Para o entrevistado PKH2^a, os jovens já saem do Ensino Médio com a expectativa de frequentar um curso superior.

A Unoesc veio para cá, a federal veio para cá, a própria Uninter. Então ele sai do Rodrigues Alves [escola estadual] já com o pensamento de ir fazer, estudar um curso superior. Não importa se é aqui, se é em outra região, mas de uma ou outra maneira vão. (PKH2^a).

Não são raros os casos em que os filhos dos moradores rurais puderam ter acesso ao Ensino Superior, seja na modalidade de curso técnico, seja na de bacharelado ou licenciatura. Outro dado que chama a atenção é que alguns desses filhos, após a conclusão, permanecem

residindo no meio rural, inclusive, fixando residência. Um exemplo está na propriedade da família PMH3^a. Após a conclusão do curso de Agronomia, o jovem voltou a residir no meio rural, auxiliando na gestão da propriedade, embora também possua um trabalho urbano.

É hoje de acesso, pensando em acesso à educação, então eu sou formado numa universidade federal, e isso com certeza assim se não fosse esse, essa possibilidade de acessar a universidade federal não vou dizer que não traria hoje com Ensino Superior, não teria me formado. (PMH3^a).

Outro caso é o da família URH3^a, em que os dois jovens, com curso superior completo, decidiram retornar ao meio rural, conciliando as atividades urbanas com as atividades agrícolas da propriedade.

Quando tratamos do acesso ao Ensino Superior, logo associamos a universidade como espaço de formação profissional, portanto, de pessoas jovens ou de meia idade. Na microrregião foi possível identificar a existência de uma turma da Universidade da Terceira Idade, que tem por objetivo “[...] contribuir para a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento cultural e social dos participantes envolvidos nas atividades.” (UNOESC, 2017, [s.p.]). O requisito para ingresso é saber ler e escrever. Pudemos conversar com um casal de agricultores aposentados que frequentam a Universidade da Terceira Idade.

Demora para chegar a quarta-feira. O estudo é um máximo. Por que sem educação você não é ninguém. Quando você escuta, você aprende. (AGH1^a).

A valorização atribuída a possibilidade de estudo indiferente da faixa etária mostrou-se importante em muitas das entrevistas. O acesso à educação formal por parte dos moradores rurais, ao mesmo tempo que é avaliada como negativa por forçar a saída dos jovens do campo, apresenta uma mudança na concepção acerca desta no meio rural. Ela passa a receber um caráter positivo, assemelhando-se, em muitos casos, como uma herança. Se noutros tempos a formação de novas famílias passava pela aquisição de uma área de terra e alguns bens para o início das atividades agrícolas, hoje ela se converte em garantir que os filhos concluam o Ensino Básico e, sempre que possível, avancem para o ensino superior.

3.2.5 Seguridade social e o campesinato

Segundo Yazbek (2014), não encontramos na história humana sociedades que não tenham desenvolvido sistemas de proteção aos seus membros mais vulneráveis, quer sejam

estes sistemas mais rústicos e não tão especializados, como a família, quer sejam com altos níveis de sofisticação e especialização.

Nesse sentido, é pertinente realizar uma contextualização sobre o surgimento das políticas sociais, convergindo em muitos países para sistemas de bem-estar social, denominados também de “Welfare state”. Conforme Fiori (1997, p. 3), cabe destacar que os sistemas de proteção social ao longo da história são diversos, conforme as características de cada período.

A partir do início da revolução industrial é possível identificar especialmente na França e Inglaterra, a ocorrência de uma pauperização massiva dos primeiros trabalhadores das concentrações industriais, ou seja, um empobrecimento financeiro, associado a reflexos nocivos em todas as dimensões da vida social (YAZBEK, 2010, p. 1).

Trata-se de uma superpopulação predominantemente urbana, flutuante, miserável, cortada de seus vínculos rurais, que mora precariamente em ruelas miseráveis enfrentando problemas de toda ordem conforme é possível constatar em estudos sobre as primeiras cidades industriais do século XIX. Nesse contexto, de grandes problemas urbanos, emergem novas formas de sociabilidade, resultantes da expansão de relações impessoais, da exploração intensiva da força de trabalho, da aceleração de seu tempo e ritmo, com a redução do período de repouso. (YAZBEK, 2010, p. 2).

Este cenário desencadeia um processo organizativo em forma de sindicatos e partidos proletários, com reivindicações de melhora nas condições de trabalho e proteção social. Através de sua organização, os trabalhadores e suas famílias ascendem à esfera pública, possibilitando a inclusão de suas pautas na agenda política, atestando que a exclusão era gerada pela estrutura da sociedade capitalista que ora se formava (YASBEK, 2010, p. 2).

Yazbek (2010, p. 3) enfatiza que os avanços conquistados nas políticas de proteção social são forjados pelas lutas por direitos sociais, porém, estas estão estruturadas dentro do próprio sistema capitalista, e tem como pano de fundo os conflitos e contradições inerentes ao processo de acumulação, associados à forma com que cada sociedade organizou as suas respostas para enfrentar as questões geradas pelas desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas.

Constitui-se como sistema de proteção social

[...] as formas – às vezes mais ou menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. (GIOVANNI, 1998, p. 10 apud YAZBEK, 2010, p. 1).

Para Sposati (2009 apud YAZBEK, 2010, p. 2), o sentido de proteção supõe, antes de tudo, um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana.

Fiori (1997, p. 131), ao tratar da literatura sobre a proteção social, destaca a dificuldade de reunir sobre um mesmo conceito, as diferentes práticas e instituições relacionadas ao tema no passar da história. Ele faz referência às *Poor Laws* e as *Friendly Societies* inglesas, os seguros sociais alemães, as caixas de pensão brasileiras, o *New Deal* norte-americano e, finalmente, ao Estado de Bem-Estar Social, que, segundo o autor, seria a forma moderna mais avançada de exercício público da proteção social.

Já no caso brasileiro, não tratamos necessariamente da existência de um estado de bem-estar social, mas podemos tomar como partida do avanço substancial na proteção social a Constituição Federal do Brasil de 1988, que em seu artigo 194 compreende a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Assim, compete ao poder público organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos:

[...] I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1988, [s.p.]).

Assumida pelo Estado e reconhecida pela sociedade como função legítima, a proteção social se institucionaliza e toma formas concretas através de políticas de caráter social (YAZBEK, 2010). A política social pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, entre outros.

Segundo Yazbek (2010 p. 4), é importante destacar que o avanço das questões sociais não ocorre por acaso, mas possui um caráter histórico e político que se dá por meio das lutas por direitos sociais, formação de consensos político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças no interior das sociedades, buscam incessantemente responder a pelo menos três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de Proteção?

A inclusão dos trabalhadores rurais no regime geral da previdência é um marco histórico e provocou mudanças no meio rural. Segundo Luiz (2017, [s.p.]),

[...] a conquista da previdência rural para o campesinato faz parte do reconhecimento da realidade socioeconômica que vive a mulher e o homem do campo, a sua própria formação histórica – principalmente em relação à terra, largamente concentrada nas mãos dos latifundiários. Adiciona-se a ausência do Estado na implementação de políticas para as populações camponesas.

Entre as mudanças ocorridas após o acesso, podemos citar o empoderamento das mulheres que subalternizadas em muitas situações não tinham acesso ao dinheiro ou a sua administração e, a partir da aposentadoria, passam a ter o ‘seu dinheiro’. Dinheiro este que auxilia em tratamentos de saúde, na compra de remédios e na satisfação de outros desejos pessoais e simbólicos dos aposentados.

Sem esse dinheirinho que vem todo mês não sei como eu iria viver. Porque a gente já não pode mais trabalhar muito no pesado, e com esse dinheirinho, mesmo que não seja muita coisa, posso comprar uns agradinhos para os netinhos. (ATM1^a).

Mesmo entre os homens, a possibilidade de uma renda fixa mensal representada pelo benefício permite a melhora da qualidade de vida com a segurança. Os relatos dos entrevistados aposentados destacam a participação nos chamados grupos de idosos. Estes grupos se constituem como espaços de convivência em que são cultivados alguns costumes como a reza, o jogo de baralho, a dança, entre outros. Decorrente desta organização acontecem as festas de idosos, nas quais se reúnem os grupos de idosos para confraternizar. Nesse sentido, a seguridade social apresenta-se como elemento importante à medida que possibilita a participação e interação dos aposentados na comunidade local, o que em outrora não seria possível, haja vista as condições de vida das famílias.

3.2.6 Agroindústrias familiares, mercados institucionais e produção alternativa

Industrializar e agregar renda à produção da propriedade familiar tem sido uma das estratégias utilizadas para a manutenção das famílias no meio rural, conforme já fora abordado por Renk e Dorigon (2014) em estudo na área de abrangência da Agência Regional de Desenvolvimento de Maravilha (SC).

A abertura dos mercados institucionais, através do PAA e do PNAE para a aquisição direta de alimentos, é apresentada pelas famílias que exploram a agroindustrialização de base familiar na região como um dos fatores para o seu surgimento, como apresentado no relato:

Isso faz oito anos. Era aqui na comunidade, tinha uma reunião. Daí um que trabalha na prefeitura disse assim: 'Eu precisava alguém que entrasse para fazer as coisas para a merenda [escolar]'. E daí eu disse: 'Mas como funciona, como que é, e tudo?' 'Passa lá uma hora que eu vou te explicar bem certo'. Daí como eu tenho problema no braço e não posso me esforçar muito, disse: 'vou lá ver como funciona'. Daí ganhamos uma ajuda da prefeitura de máquina e coisa. (FBM2^a).

O surgimento das agroindústrias familiares possui muitas semelhanças. A exclusão do sistema tradicional de produção por meio da não identificação ou não possibilidade de produção de *commodities* forçaram as famílias que desejassem se manter na pequena propriedade a encontrar outros caminhos. Foi desse modo que uma das famílias iniciou sua trajetória na agregação de valor na propriedade, transformando-se, posteriormente, em um empreendimento que atualmente emprega a mão de obra do grupo familiar constituído de oito pessoas.

A gente foi migrando, conforme hoje em dia quem tem pequena propriedade que não tem aviário, chiqueirão, essas coisas aí, se tu não vai fazendo outras coisas, senão tu fecha. Foi achado uma alternativa para sobreviver as famílias na propriedade. (FPM3^a).

Mas foi por aí que começou, o pessoal aceitou o nosso produto, começou a procurar mais e aí nós fomos devagarzinho aumentando, e legalizando depois e estamos hoje acho com oito anos legalizado os nossos produtos com rótulo e tal. (FBH2^a).

Um dos entrevistados relata que a opção pela agroindustrialização deu-se em função da possibilidade de redução do uso e contato com agrotóxicos e trabalho ao abrigo do sol.

[...] quando vê, nós sentimos que isso seria uma maneira de nós nos livrarmos, praticamente, não 100%, mas 80% do agrotóxico que nós usávamos, por que tinha que usar para produzir estas outras coisas e com a agroindústria trabalhava um pouco mais na sombra, um pouco mais tranquilo. (FBH3^a).

Em relação ao trabalho desenvolvido nas agroindústrias, os entrevistados destacam que este é mais fácil, não sendo tão penoso como em outros tempos, embora também exija esforço e dedicação.

Não é que não é puxado, uma padaria, o sofrimento às vezes as três horas da madrugada levantar para fazer pão também não é para qualquer um. (FBM2^a).

Entre as principais atividades desenvolvidas a partir da agroindustrialização familiar se encontram a revalorização dos produtos nominados como coloniais, derivados, especialmente, de carnes, do leite, da cana de açúcar, de frutas e da farinha de trigo.

Na pesquisa de campo foi possível constatar que a atividade da agroindústria familiar possui um aspecto de gênero. Na sua grande maioria são geridas pelas mulheres. São elas que possuem o domínio da produção e gestão do negócio. Outro aspecto a ser apresentado, e que necessita mais estudos, está relacionado à sucessão dentro destas unidades familiares, que *a priori* revela-se com maior taxa de sucesso.

A busca de uma legislação sanitária e fiscal compatível com as pequenas agroindústrias familiares é apontado como um dos desafios para esta estratégia de reprodução social. O estímulo à produção orgânica e agroecológica, assim como a oferta de assistência técnica e extensão rural adequada e de qualidade, são alguns dos desafios no campo de alternativas ao modelo tradicional de produção.

3.2.7 Sistema de integração e a perspectiva dos direitos humanos

Uma importante característica da região oeste de Santa Catarina é a presença de grandes agroindústrias no setor de carnes. Esta presença revela-se por meio do movimento econômico e geração de empregos no meio urbano, mas, sobretudo, no processo de produção onde encontram-se os agricultores e agricultoras. O sistema de integração encontrou no oeste catarinense um chão fértil para a sua propagação devido à existência de pequenas propriedades familiares com disponibilidade de mão de obra.

O sistema de integração é caracterizado pela celebração de um contrato entre a indústria integradora (empresa ou cooperativa) e o produtor integrado. Neste contrato estão dispostas as obrigações de cada parte na parceria, cabendo ao produtor integrado disponibilizar a infraestrutura para implantação da atividade, como galpões, área de terra, máquinas e equipamentos, e principalmente a mão de obra necessária para o desenvolvimento das atividades. O integrado obriga-se por adesão a acatar as orientações técnicas, adquirir os insumos e efetuar a venda da produção à indústria integradora.

Compete à integradora o fornecimento de insumos, a prestação de assistência técnica e a aquisição do produto final segundo critérios pré-estabelecidos não passíveis de questionamento pelo integrado. Segundo Nogueira e Jesus (2013), a ideia básica do sistema de integração é que as agroindústrias forneçam toda a tecnologia aos pequenos produtores.

O sistema de integração, portanto, é um modelo de ‘parceria’, organizado pela própria agroindústria, que inicia a partir de um acordo que integra trabalhadores/produtores rurais familiares e a respectiva empresa, na efetivação a garantia da matéria prima para a produção das mercadorias pela empresa. (NOGUEIRA; JESUS, 2013, p. 126).

Almeida (2005) refere-se aos contratos de integração como contratos de servidão moderna, no qual se opera o confronto direto entre capital e trabalho, reflexo da modernização conservadora que acontece no campo, resultando no processo de apropriação do trabalho do agricultor pelo capital, conforme orienta a política agrária brasileira desde a “revolução verde” nos anos 1970. Para Nogueira e Jesus (2013), ao pequeno produtor cabe a função de acompanhar o avanço tecnológico da empresa integradora com o intuito de atingir o padrão de aceite do produto pela indústria para exportação.

Os contratos de integração são

[...] imperativamente estabelecidos, sem possibilidade alguma de interlocução na definição de seus termos, aos quais os agricultores submetem-se por adesão, são objeto de grande celeuma jurídica exatamente pelas variadas feições nele travestidas, como, por exemplo, a *relação de consumo que envolve o fornecimento de materiais e insumos e a mascarada relação de emprego escondida por detrás do contrato de compra e venda, que bem pode ser compreendido enquanto prestação de serviço em domicílio ou contrato de trabalho temporário sem qualquer atribuição de responsabilidade e direitos trabalhistas.* (ALMEIDA, 2005, p. 97, grifo nosso).

O sistema de integração no Brasil tem seu advento na década de 1970 e 1980 com a abertura comercial e entrada no mercado mundial. Assim, o sistema de integração encontra nas regiões com predominância de pequenas propriedades um campo propício a sua implantação, oportunizando a reprodução social dos agricultores, por meio de fontes de renda “mais viáveis – fixas certas”, quando comparado as atividades que dependem fundamentalmente das condições climáticas. Dentre as principais cadeias que se inserem no sistema de integração estão as de aves, suínos e fumo.

Ao olhar a paisagem rural da região oeste de Santa Catarina não é possível concebê-la sem a presença do sistema de integração que possibilitou a permanência de muitas famílias no meio rural. Os relatos dos agricultores dão conta que no início, nas décadas de 1970 e 1980, o sistema de integração gerava “boas rendas” para as propriedades, pois existia a possibilidade de explorar as atividades em pequenas áreas de terra consorciando com as demais atividades, “ocupando” melhor a mão de obra familiar.

No entanto, é preciso retomar a discussão de Sorj e Wilkinson (2008) sobre o processo de exclusão ocorrido no meio rural nestas mesmas décadas. Os agricultores que não se enquadraram (por escolha ou por condições) foram seletivamente excluídos, sendo forçados a migrar para os centros urbanos ou encontrar alternativas para permanecerem no meio rural, sendo relegados pelo Estado.

Os dados apontam que em 1985, Santa Catarina possuía 54.176 produtores de suínos, em 1996 eram 24.383 e em 2006 apenas 12.559 produtores resistiram (IBGE, 2006). Este processo na análise de muitos pesquisadores foi o pretexto para inclusão do novo modelo na suinocultura catarinense: o sistema de integração.

Ao analisar a perspectiva dos direitos humanos do trabalhador na agricultura familiar, há de se ter em mente a posição subalterna que o agricultor ainda possui na sociedade brasileira travestida, por exemplo, nas figuras pitorescas do Jeca Tatu, do personagem Chico Bento, do desenho A Turma da Mônica, e das fantasias utilizadas nas festas juninas.

A família agricultora é uma unidade econômica e social indissolúvel, ou seja, as rendas decorrentes das atividades agropecuárias são familiares diferindo, portanto, das famílias em que os membros são assalariados. O agricultor é, ao mesmo tempo, dono dos meios de produção e o trabalhador. Esta dupla condição possibilita e faz com que o agricultor autoexplora a mão de obra existente na unidade de produção. A relação trabalhista entre integradora e integrado fica invisibilizada pelo contrato de parceria/integração.

As atividades relacionadas ao sistema de integração transformam-se em uma prisão conforme relato de muitos agricultores. Nas atividades pecuárias (leite, suínos e aves), o tempo dedicado a produção é praticamente integral, com jornadas que podem passar de 14 horas diárias. Na atividade agrícola (fumo), a jornada de trabalho não difere, somando-se a exposição ao sol e os agrotóxicos por longos períodos. Desse modo, a participação em reuniões, nas celebrações comunitárias, nas atividades de lazer e a visita aos vizinhos e parentes, conhecidas também como “serões”, são abdicadas em função da dedicação necessária à atividade de integração (BONAMIGO; RENK; DORIGON; 2015).

O direito ao recebimento de uma remuneração justa pelo trabalho realizado também é desrespeitado no sistema de integração. Na pesquisa de campo foi possível identificar que o preço pago por um suíno de aproximadamente 90 Kg produzido no sistema de integração varia de R\$ 15,00 a R\$ 29,00. O valor recebido por um avicultor varia entre R\$ 0,45 a R\$ 0,65 por frango entregue à integradora. Estes dois exemplos mostram a baixa remuneração recebida pelos produtores no sistema de integração. O valor a ser pago pelo produto entregue é definido pela integradora com base em seus indicadores, cabendo a esta também a análise e conceituação destes indicadores, tendo em conta a variação do mercado. Estudos apontam que a remuneração recebida pelos integrados é praticamente insuficiente para o pagamento de empréstimos decorrentes da implantação da atividade de integração e manutenção familiar.

Passou-se lá seus 10, 15 anos tu paga o investimento e você tem o capital e você ainda consegue trabalhar. Mas aí já vem a tal da manutenção, às vezes a estrutura já não serve mais, enfim, então a forma que as empresas têm de amarrar o produtor, de tal forma que ele é obrigado a trabalhar por migalhas. Então essas ressalvas, tem que refletir um pouco diferente no sistema de integração. (ARH3^a).

O endividamento dos integrados para com a integradora ou com agentes financeiros em virtude do investimento inicial e as constantes exigências por melhorias nas estruturas produtivas, por parte do mercado e das integradoras, é um fator que condiciona muitas famílias a se comprometerem a produzir para a empresa integradora numa condição análoga a servidão por dívidas. Nesse sentido, os agentes técnicos cumprem um papel estratégico para as integradoras, visto que são os responsáveis diretos pela pressão exercida sobre os integrados. Esta prática é repudiada internacionalmente por meio da Convenção sobre Trabalho Forçado/OIT n. 29, ratificada pelo Brasil (ALMEIDA, 2005).

A discussão acerca dos direitos humanos do trabalhador, na perspectiva do agricultor familiar inserido no sistema de integração, é um tema que merece atenção pela particularidade encontrada no modelo de produção em que a família é, ao mesmo tempo, dona do meio de produção e “empregada” e a relação empregatícia com a integradora aparece velada no contrato de parceria, como observado no relato do entrevistado:

Ele deveria ser um sistema que visa não só agregar um rendimento maior para a empresa, se tu vais analisar hoje o foco é o um rendimento para a empresa, o produtor por mais que seja uma alternativa de renda pra ele, mas ele é muito castigado, ele se torna um escravo na mão de obra, querendo ou não ele se torna um escravo na mão de obra. Para ele é sempre segunda. E o rendimento dele é mínimo, mas é um rendimento certo. É uma alternativa e ao mesmo tempo um fator de exploração. (RMH2^a).

Na pesquisa de campo, as unidades familiares que possuem implantado algum modelo de integração agroindustrial dificilmente dependem apenas desta atividade, como observado na entrevista:

A gente se preparou com os porcos e com as vacas para seguir essas atividades e se melhorar em algum sentido ali, até ampliar. Os porcos a ideia era ampliar. Aí como que ficou meio ruim por causa do grão que é muito caro. E o porco não está tão bom hoje, o porco hoje se tu vais ver bem, ele paga o salário daquele que cuida. Mas daí a gente faz a seguinte conta, o lucro nosso, o maior lucro nosso é o adubo que tem. Então por esse motivo que a vaca de leite é um grande negócio para a propriedade. A gente não compra adubo nada. E o porco também dá dinheiro, não é que ele não dá. Ele ajuda, ele paga o investimento e sobra um pouco. (RKH2^a).

Na fala acima encontramos outro aspecto interessante relacionado à interação das atividades produtivas. Para além da viabilidade, embora pequena, o entrevistado cita o uso dos dejetos (esterco) para uso em outra como fonte de nutrientes para as pastagens destinadas à exploração pecuária com gado de leite.

O sistema de integração também é avaliado por alguns entrevistados com criticidade.

A integração ela sempre é uma alternativa, né? Eu não vejo ela como grande alternativa, porém com grandes ressalvas. Se tu vais analisar quem tem integração, a contrapartida que o agricultor tem que dar é muito grande em vista do rendimento que ela gera. [...] Porém, chuva ou sol é um rendimento que vem. (RRH1^a).

Relacionado a esta alternativa e garantia de renda, está o papel do sistema de integração no meio rural da microrregião e seu impacto nas relações sociais. Para um dos entrevistados, os trabalhos no sistema de integração, embora tenham viabilizado as propriedades, especialmente as com pouca área, tiraram a liberdade de escolha dos agricultores em relação ao seu tempo.

Às vezes em pedaço pequeno de terra muitos conseguiram se viabilizar no sistema de integração. Então ele é bom, não é de todo ruim, tem os dois lados. Eu acho que é bom até certo ponto... Mas a integração tirou bastante a liberdade do próprio colono. Eu acho que evolui com isso [a produção] em grande quantidade, mas até certo ponto tirou bastante a liberdade do colono. Tem que se deixar mandar se não, não dá certo. (AJH2^a).

O cerceamento da liberdade ora apontada tem seus impactos sentidos nas relações comunitárias dos habitantes. Assim, o tempo disponível para participar de reuniões, cultos e atividades lúdicas é reduzido. Um dos sujeitos da pesquisa apresenta o sistema de integração como um modelo que necessita de reformulações, uma vez que os agricultores estariam envelhecendo.

[...] o modelo de integração, ao que tudo indica, ele vai se remodelar. Essas cooperativas velhas possivelmente elas vão teimar um pouquinho, por que está muito bom. A agricultura está envelhecendo, esse pessoal que investiu, que entrou de cabeça nesse sistema de integração estão aos poucos parando. (RKH2^a).

Em meio a este cenário, o sistema de integração constitui-se em importante fator para manutenção e continuidade de muitas famílias no meio rural. Torna-se difícil imaginar o cenário rural e urbano da microrregião sem esse ator importante que apesar das críticas dirigidas possibilita a geração de inúmeros empregos diretos e indiretos. Cabe, talvez, como apontado pelos participantes da pesquisa, uma discussão acerca das responsabilidades e remuneração final recebida pelos produtores integrados.

3.2.8 Pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar

As discussões acerca da categoria agricultura familiar no Brasil emergem em meados dos anos 1990. Três eventos tiveram um impacto social e político muito forte no meio rural, especialmente no Centro e Sul do País, culminando com a afirmação da agricultura familiar no cenário nacional. Nesta época, a pequena agricultura enfrentava os impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos de exportação.

Segundo Wanderley (2017, p. 69), consolidaram-se

[...] as críticas ao modelo dominante da modernização produtivista da agricultura, em cuja base permanecia a concentração fundiária e a expulsão massiva de trabalhadores da terra em suas diversas manifestações sociais e regionais. Ao mesmo tempo, foi possível incorporar na legislação vigente, inclusive na nova Constituição Federal, de 1988, normas que traduzem o reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes, de agricultura, que inspiraram novas políticas de apoio a elas destinadas.

Ocorre uma efervescência dos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo movimento sindical do meio rural ligado a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), agregando também assentados, arrendatários, parceiros, integrados as agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. A agricultura familiar se tornou a categoria capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2017).

Em 1996, fruto das pressões dos movimentos sociais do campo desde o início da década de 1990, o Estado legitima a agricultura familiar a partir da criação do Pronaf. O programa nasceu com objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo deixados à margem das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. Assim, o sindicalismo rural, especialmente no Nordeste e Sul, passa a reforçar a necessidade de um olhar diferenciado do Estado para com uma categoria social, considerada diferenciada, que necessitava de políticas públicas também diferenciadas (SCHNEIDER, 2003).

O autor destaca também a retomada dos estudos agrários no País como um importante evento. Estes estudos voltaram a falar não somente da agricultura e da produção agrícola, mas

abrindo o escopo para temáticas ambientais e da sustentabilidade, a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Estes novos estudos abrem campo para uma nova compreensão, inclusive epistemológica, de alguns pesquisadores, colaborando para a afirmação de que o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas não podem ser utilizados como sinônimos, visto que em muitos lugares a agricultura deixou de ser a atividade principal e muitas propriedades rurais do país (SCHNEIDER, 2003).

Em 2006, acontece a sanção da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo a agricultura familiar como categoria portadora de direitos:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - *tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo*; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. [...] § 2o São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores [...]; II - aquícultores [...] III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo [...]; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. V - povos indígenas [...] VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [...] (BRASIL, 2006, Art. 3º, grifo nosso).

A legislação abrange uma gama de setores e formas de produção no meio rural brasileiro. A lei normatiza, por exemplo, condições relativas à quantidade máxima de área rural a ser explorada, a caracterização da mão de obra na unidade de produção para enquadramento como agricultor familiar. No entanto, deixa em aberto o percentual mínimo de renda que deve ser originário do meio rural, indicando que o Executivo deve definir e regulamentar este tema.

A partir destas constatações, observa-se um novo fenômeno no meio rural brasileiro, a ocupação de membros das famílias com atividades não agrícolas geradoras de renda. Essa nova organização do trabalho, encontrada também na região foco deste estudo, vem sendo denominada de pluriatividade pelos pesquisadores. Assim, a pluriatividade está hoje associada à reprodução social da agricultura familiar e é elemento constitutivo do rural brasileiro, sendo

a sua compreensão estratégica para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural cada vez mais coerentes.

Em relação às atividades desenvolvidas no rural, Simões (2016) salienta que o campo não se reduz a produção agropecuária, sendo um espaço onde também é possível desenvolver a pluriatividade e/ou atividades não agrícolas, o que acaba por desconstruir outra compreensão de que o campo serve apenas como espaço-mercadoria, sendo atrasado e, portanto, necessitando ser modernizado na lógica do agronegócio. Para tanto, o consórcio de atividades de geração de renda não agrícola, ou seja, não estritamente da exploração agropecuária no meio rural, é um fenômeno presente na realidade brasileira.

Em termos teóricos foram duas as denominações mais frequentemente utilizadas para caracterizar as atividades não agrícolas no meio rural até meados dos anos 1980: *part time farming* (agricultura em tempo parcial) e pluriatividade. As duas foram utilizadas como sinônimos durante um longo período, em que se considerava a primeira mais comumente utilizada pelos analistas de língua inglesa e o segundo ligado a tradição francesa (SCHNEIDER, 2003).

Para o autor, as grandes diferenças em torno destes dois termos estão na base de análise empreendida em cada corrente. Enquanto a agricultura em tempo parcial refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, a noção de pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. No quadro 2 é possível visualizar as principais diferenças entre as duas noções.

Quadro 2 – Agricultura em tempo parcial e pluriatividade

| <i>Part-time farming</i> (agricultura em tempo-parcial) | <i>Pluriactivité ou pluriactivity</i> (pluriatividade) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>“[...] o termo <i>part-time farming</i>, no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...]. Os termos <i>part-time farm</i>, <i>parttime farmer</i> e <i>part-time farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é</p> | <p>“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou</p> |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos no original). | das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis” (<i>idem, ibidem</i>). |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Schneider (2003, p. 103).

A partir destas duas percepções sobre a ocupação não agrícola nas propriedades rurais, torna-se mais adequado o uso do termo pluriatividade, por englobar um processo que leva em conta não apenas o tempo empregado e dedicado às atividades não agrícolas, mas também aspectos relativos ao processo de reprodução social, a participação no mercado de trabalho rural e as questões agrícolas.

Para Schneider (2005, p. 4),

[...] a pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

O consórcio de atividades de geração de renda não agrícola, ou seja, não estritamente da exploração agropecuária no meio rural, é um fenômeno presente na realidade brasileira. Para Carneiro (2016), a pluriatividade manifesta-se, especialmente, naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho.

Carneiro (2016) sugere que, ao analisarmos a pluriatividade, não nos detenhamos apenas a família como uma unidade de produção, mas a família como uma unidade social, capaz de desempenhar uma função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior dos estabelecimentos.

A interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende, segundo Schneider (2007), a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados.

Schneider (2007) sugere algumas características que estão presentes nas mudanças da ocupação do espaço rural e do crescimento da pluriatividade. A primeira relacionada com a modernização técnica e produtiva da agricultura, em que a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não agrícolas. Uma segunda, ligada à terceirização das atividades agrícolas,

especialmente aquelas na qual o agricultor contrata terceiros para serviços eventuais como plantio, manejo e colheita, liberando a mão de obra antes ocupada nos trabalhos manuais.

A terceira, conforme o autor, refere-se à queda nas rendas agrícolas, decorrentes da entrada da agricultura nos padrões de concorrência mundial, que implica em aumento de custos decorrentes em grande medida da dependência maior de insumos industriais, que nem sempre se traduzem em aumento de produção. Uma quarta ligada às mudanças nos mercados de trabalho, em que empresas mudam suas plantas industriais para regiões rurais de alta densidade populacional, buscando redução do custo na força de trabalho e proporcionando acesso ao mercado de trabalho urbano aos agricultores.

O quinto aspecto trata do crescente reconhecimento da importância que a agricultura familiar tem no meio rural, ou seja, ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos, sendo a pluriatividade percebida, assim como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macroestruturais na agricultura.

Carneiro (2016) destaca que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, quanto também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Para a autora, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Dessa maneira, as características da pluriatividade entre as famílias variam de acordo com o indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filhos) que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica (CARNEIRO, 2016).

A forma pela qual as famílias exercem a pluriatividade é distinta. Ela é influenciada pelos costumes, crenças e práticas sociais da unidade familiar, e também é resultado das características do território a qual pertence.

A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que, por meio da pluriatividade, os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas. (SCHNEIDER, 2007, p. 16).

A pluriatividade apresenta-se como uma estratégia que possibilita a reprodução social das famílias do meio rural em meio as mudanças que vem transformando esse espaço. A definição da pluriatividade encontra respaldo dos dados oriundos do censo agropecuário de 2006, apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou ter atividade fora da propriedade no Brasil

| Atividades desenvolvidas | Unidades | % total |
|---------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Agropecuária fora do estabelecimento | 686.666 | 13,26 |
| Não agropecuária fora do estabelecimento | 745.640 | 14,40 |
| Agropecuária e não agropecuária fora do estabelecimento | 47.110 | 0,91 |
| Não tinha atividade econômica fora do estabelecimento | 3.696.219 | 71,41 |
| Total de estabelecimentos Brasil | 5.175.635 | 100 |

Fonte: elaboração da autora (2017), com base no IBGE (2006).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE em 2006, aproximadamente 15% dos 5.175.635 estabelecimentos rurais declararam obter renda de atividades não agrícolas fora da propriedade. Nesse sentido, também apontaram os estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Unicamp denominado Rurbano, com base na PNAD, antes da divulgação do Censo Agropecuário de 2006.

A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que, por meio da pluriatividade, os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas. (SCHNEIDER, 2007, p. 16).

A busca de oportunidades de trabalho e renda fora da propriedade apresenta-se como importante alternativa para as famílias do meio rural na microrregião de Pinhalzinho. As observações de campo revelam que a busca por assalariamento possui uma estreita relação com a população jovem, como podemos observar no relato do entrevistado:

Primeira razão puramente econômica [...] tanto o fato de busca um trabalho fora, uma por agregar também a questão de renda e também atrelada a questão de formação acadêmica. [...] é perto da cidade da mesma forma, se nós pega então do centro de Pinhalzinho até em casa são 4,5, 5 km, distância bastante curta, bastante pequena comparada o que a gente tem hoje com meios de locomoção. [...] para se manter hoje na cidade o custo de vida é altíssimo, e isso então, a gente consegue de certa forma trabalha com um custo bem mais baixo residindo hoje no meio rural ainda, [...] na questão de calma, tranquilidade de se estar em casa no dia a dia com a família. (PMH1^a).

O relato traz elementos importantes para compreender a pluriatividade no meio rural. Ela está relacionada com a questão de renda e possibilidade de estudo. No caso em questão, é citada a distância até o centro urbano, avaliado como positivo pelo entrevistado. O relato aponta ainda para uma positivação, revalorização do meio rural como sinônimo de qualidade de vida. A relação familiar aparece como outro ponto importante, em que pode ser observado que as decisões e as estratégias são pensadas coletivamente pelos membros da família.

A adoção da pluriatividade relacionada à valorização do espaço rural como sinônimo de qualidade de vida é apontado pelo entrevistado.

Na verdade, foi quando a filha mais velha nasceu. Eu saía de manhã a filha dormindo, chegava de noite a filha dormindo, daí deu dessa essa condição: vamos morar no interior para pelo menos educar os filhos, se nós não educarmos alguém vai educar, aí nesse período então a esposa se efetivou no concurso público de agentes de saúde e havia a necessidade de residir no local onde atua, mas antes disso também era questão de qualidade de vida, viver mais tranquilo. E depois, daí por o cara ter raízes na agricultura, né?, mas por ter um espaço de terra também, aí foi a necessidade de querer conciliar qualidade, mas que tenha uma fonte de renda segura. (PMH2^a).

A possibilidade de emprego assalariado, seja no meio urbano, seja nas proximidades do local de moradia, também é um fator importante a ser considerado. A proximidade com o centro urbano e as condições das vias de acesso são mostradas como pontos favoráveis à busca de renda externa a propriedade:

[...] hoje a gente tem essa oportunidade de trabalhar fora e morar em casa, a questão de logística facilita. Nós estarmos morando perto da cidade, então isso se torna viável. Porque eu hoje aqui, por exemplo, até o meu serviço dá 5 km. Depende onde que eu vou ter que, se eu for alugar uma casa, aquilo que tinha possibilidade de pagar é lá em cima no final da cidade. Talvez a distância seria a mesma, talvez uns metros a menos. Então não é viável, não se torna viável. (URH1^a).

[...] se a agricultura tivesse de fato um acesso com qualidade, eu acho que as pessoas se sentiriam mais incluídas. Por exemplo, uma vez quando eu levava vinte minutos e a estrada era ruim, e no sábado de noite se a filha falava vamos pai come um Xis ou uma pizza na cidade [...] ah tá muito ruim a estrada. Hoje nós fizemos isso com frequência. Chega sábado de noite o que vamos fazer nada. Então vamos lá comer um xis. O cara sai, leva nove minutos, come xis em meia hora, questão de uma hora tu vai e volta, faz a janta, né? Claro, precisa condições econômicas, mas a estrada é determinante. (PMH2^a).

A busca dos filhos por alternativas de renda fora da propriedade também esteve associada à dimensão da área de terra da família, como aponta o entrevistado:

Eu acho que o princípio de tudo é a questão da dimensão do lote. A gurizada cresceu e a atividade esbarrou no seu limite de expansão. A terra é pequena então nós temos que criar alternativas. Ou você arrenda ou você compra... [...] Mas como dizia, o lote não é grande, então se fica quase num limite de produção, ao menos para vaca tá no limite. A não ser que você invista e otimize a produção. Hoje a gente tem exemplos como o *Compost Barn* e o *Free Stall*, enfim, que consegue agregar, concentrar um pouco mais a produção. É uma alternativa para pequena propriedade de que quer ampliar. (PRH1^a).

A família relata a possibilidade de financiamentos com recursos subsidiados (Pronaf Mais Alimentos), porém, destaca que as linhas de crédito são muito recentes. A busca de oportunidades fora da propriedade possibilitou a continuidade dos estudos em um curso superior.

Mas assim, na época pelo menos, quando eu saí, não se tinha essa perspectiva. Nem as possibilidades. Isso chegou depois do Mais Alimentos (programa governamental de subsídio) que criou mais perspectivas, mais alternativas para pequena propriedade. Então quando vê isso aí, até para estudar não era tão fácil, eu fui para o seminário. Então era muito difícil para você consegui uma bolsa para poder estudar. E federal rapaz do céu... era uma concorrência era duzentas, 440 por vaga, então era muito difícil. (PRH3^a).

Uma das principais motivações para busca de renda não agrícola é a garantia por um valor fixo ao final de certo período de trabalho, no entanto, percebe-se, em relação aos filhos, uma independência na administração dos recursos recebidos por este. Nesse caso, os recursos são utilizados na sua grande maioria para satisfação das necessidades individuais dos membros da família. A compreensão da ajuda nas despesas familiares ocorre com a realização de tarefas em momentos oportunos.

Cada um trabalha e gasta o que trabalha. Só o pai e a mãe mesmo na atividade deles. O que é produzido na propriedade. Mas nós não, nós [ele e o irmão] temos as nossas coisas. (PRH3^a).

Eu tenho a minha renda. Administro o meu dinheiro. Ajudo meus pais de vez em quando, mas o que eu ganho é meu. Estou guardando para o futuro. Tenho uma independência financeira. (PMM3^a).

Ao buscar rendas não agrícolas, especialmente o assalariamento, as famílias ainda empregam a mão de obra dos seus membros após o seu horário de trabalho e nos fins de semana dentro da propriedade.

Assim, quando tu tem um tempo tu ainda consegue dar uma mãozinha em casa. Então tu ajuda a carregar os porcos. Às vezes na negociação tu fica em casa no final de semana. Dá pra negociar (AKH3^a).

Nas observações de campo, pode-se perceber que a relação entre trabalho e penosidade no meio rural diminui. Porém, as falas dos entrevistados revelam uma nova situação. As horas dedicadas à execução das atividades ampliaram-se.

A visão que eu hoje tenho, tipo assim, não olhando o meu caso aqui em casa, mas pelo que a gente vê e conversa enfim, hoje o campo ele te dá uma renda maior, porém ele te dá mais hora de serviço, não é um trabalho mais tão penoso como era uma vez, é um trabalho que é bom você estar no campo, porém ele te dá, no meu caso a gente percebe dá mais serviço. Não é só oito horas, tem que contar dez, 12 horas tu fazes brincando. (ARH3^a).

Esta observação está relacionada a outro fator responsável pela busca de renda externa à propriedade. Explorar alguma atividade agrícola, especialmente as pecuárias (leite, frangos e suínos), pressupõe manter-se vigilante 24 horas por dia. Portanto, a busca pela liberdade entendida como “tempo livre” ou “sem compromisso fixo” associado ao trabalhador urbano, que não necessita retornar a propriedade para realizar alguma atividade nos finais de semana e feriados, por exemplo, motiva especialmente os jovens a buscar rendas externas à propriedade, mesmo residindo com os pais.

A interação entre os moradores do meio rural e urbano, caracterizado pelos laços de parentesco (filhos, irmãos, pais, tios, sobrinhos), somados ao acesso a um número maior de bens para consumo por parte das unidades familiares rurais, acaba por diminuir a distância entre os modos de vida das famílias. Estes fatores acabam por constituir uma nova janela através da qual os indivíduos de famílias pluriativas percebem a realidade à sua volta.

4 PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO RURAL

Este capítulo visa apresentar as percepções que as entidades e moradores do meio rural possuem acerca das políticas públicas e da ação do poder público local. Busca, ainda, discutir contribuições às políticas públicas vigentes. Na segunda parte do capítulo, intitulada “Perspectivas para o futuro”, são descritas algumas tendências que se colocam para o rural da microrregião.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL E SUAS PERCEPÇÕES

As políticas públicas dirigidas ao meio rural, segundo Veiga (2003, p. 24), apresentam a concepção de que o meio rural é apenas agrícola, produtor de matéria-prima, demonstrando que essas são construídas a partir da realidade urbana. Exemplo desta inadequação é o foco da política pública do Pronaf na produção primária e a dificuldade no acesso a programas habitacionais nos moldes do oferecido ao público urbano, desconsiderando as dinâmicas que ocorrem no rural brasileiro.

Outro aspecto importante ao tratar das políticas públicas dirigidas ao meio rural reside no fato de termos segmentos de produtores diferenciados, e “[...] cujas diferenças estão dadas pelo rol de oportunidades materiais e culturais diferenciadas: a racionalidade, a lógica produtiva de ambas é coerente com os recursos disponíveis e com a experiência histórica acumulada.” (MALAGODI, 2017, p. 56). Portanto, é papel do Estado dirigir e formular para ambos os setores políticas públicas estáveis, buscando atender as demandas de cada setor, respeitando, especialmente, suas lógicas e autonomia a fim de promover o desenvolvimento do meio rural.

Chauveau (2014, p. 100-102), ao estudar as práticas de cultura e lazer dos jovens no estado de Santa Catarina, considera que poucos são os incentivos a práticas culturais apoiadas pelo Estado. Quando existem, há falta de rigor nos editais, atrasos nos pagamentos e a conseqüente baixa qualidade em muitos projetos. Fatores estes frutos do sistema político vigente no País, acostumado a troca de favores, clientelismo político e incompetência/desconhecimento dos agentes responsáveis pela administração pública. Segundo a autora, os jovens do meio rural deveriam ter direito a acessar bens culturais na mesma intensidade que os jovens urbanos.

A construção das políticas públicas acontece em um campo de disputas entre as diversas forças que constituem a sociedade. Nesse sentido, a luta e os avanços na participação e definição das políticas públicas vai tendo um papel pedagógico importante dentro do tecido social.

Grisa e Schneider (2010, p. 21), ao discutirem o tema, afirmam que

[...] as políticas públicas refletem [...] o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição, não excluindo desse processo as instituições e seus interesses.

Os autores sugerem, ao mesmo tempo, três conceitos fundamentais para analisarmos a construção das políticas públicas: referencial global, referencial setorial e referencial de política pública.

O referencial global

[...] refere-se a um quadro geral de interpretação do mundo, superando os limites de um setor, de um domínio ou de uma política. Trata-se da [...] representação que uma sociedade faz da sua relação com o mundo em um momento dado e é em torno desta representação geral que serão hierarquizadas as diferentes representações setoriais, sendo que o referencial global não constitui uma estrutura cognitiva e normativa unificada que se impõe de maneira mecânica ao conjunto dos domínios da vida social (econômico, político, social, etc.). (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 21).

Já o referencial setorial apresenta-se como um conjunto de questões mais ou menos institucionalizada a determinadas populações ou temas a elas pertinente. Portanto, o referencial global e o referencial setorial, por serem uma construção social, nunca possuíram uma coerência perfeita.

A partir da relação entre o referencial global e o referencial setorial, constrói-se uma representação da realidade sobre a qual os atores interpretam o problema, confrontam as possíveis soluções e definem suas ações. Contudo, como afirmam os autores, “[...] há uma representação hegemônica, amiúde coerente com o referencial global, e é esta representação que se impõe como referência à elaboração de políticas públicas.” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 21). Essa movimentação e inter-relação é denominada de referencial de uma política pública. Ocorre um duplo movimento na formulação das políticas públicas. Primeiro são definidos os limites e a complexidade do problema e em seguida ocorre uma decodificação (releitura) para definir um programa de ação pública, possível e viável dentro da realidade proposta.

Tendo posto isto, passamos a apresentar a visão dos moradores do meio rural frente às políticas públicas a eles dirigidas.

4.2 PERCEPÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO RURAL DA MICRORREGIÃO

O espaço rural da microrregião é marcado por um profundo processo de transformações, a partir da criação de políticas públicas, especialmente, no âmbito do crédito. Destaca-se o Pronaf, que possibilitou aos agricultores familiares investir em estruturas e equipamentos com o intuito de melhorar as condições produtivas da unidade e a qualidade de vida das famílias, somado a programas de habitação como o PNH, garantia de renda e compras institucionais de produtos da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE. A interação das políticas públicas com o espaço concreto acaba por produzir novas relações e alterar as características do território. Assim, a apresentação das percepções acerca das políticas públicas destinadas ao meio rural da microrregião perpassa os conselhos de desenvolvimento agropecuário, as políticas de crédito, a comercialização e habitação rural e, por fim, o conjunto das ações realizadas pelo poder público local.

4.2.1 Conselhos de desenvolvimento agropecuário

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 204, institui como eixo fundamental a participação social na formulação, gestão e controle das políticas públicas desenvolvidas pelas esferas federal, estadual e municipal (ROCHA, 2009). Para Abers e Keck (2008), a redemocratização brasileira desencadeou níveis sem precedentes de demanda por participação dos cidadãos na vida pública, sendo os conselhos gestores de políticas públicas um dos principais expoentes desse processo.

A estruturação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural relaciona-se com a implantação do Pronaf, que indicou novas bases para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo nos conselhos espaços apropriados para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática (OLIVAL; SPEXOTO; RODRIGUES, 2007).

Heisler e Bonamigo (2015), ao estudar o conselho de desenvolvimento agropecuário no município de Pinhalzinho, identificaram que diversas mudanças e adequações foram efetuadas nas competências e dinâmicas de trabalho do conselho, oriundas das diferentes visões dos gestores públicos que estiveram à frente da administração municipal, das exigências para repasses de recursos no âmbito estadual e federal, bem como do amadurecimento do processo participativo em todo território nacional.

Os conselhos de desenvolvimento agropecuário têm a função de possibilitar o debate acerca do desenvolvimento rural nos municípios, buscando promover a inclusão de todos os moradores do meio rural. No entanto, permanecem alguns desafios inerentes aos conselhos, como um todo, especialmente acerca da necessidade de empoderamento dos conselheiros para desempenharem melhor suas funções. A fim de superar a visão burocrática, necessitam ser mais propositivos e interferir na agenda pública, como sugerem Kleba, Comerlatto e Frozza (2015), uma vez que grande parte dos pontos tratados se referem ao cumprimento de exigências legais como aprovação de auxílios financeiros aos agricultores.

Esta necessidade de empoderamento é apresentada pelo entrevistado OOH2^a.

Cheguei até a fazer parte uma época do conselho de agricultura. Qualquer conselho ele foi uma conquista da luta. A gente lutou para que cada departamento tivesse o seu conselho. Que tivesse uma função deliberativa. Então eles têm essa função deliberativa lá no papel, mas não na prática. Porque para ter, no meu entendimento, para um conselho ser. Vamos pegar específico da agricultura, para ter poder deliberativo ele precisa de formação, ele tem que saber o que ele pode e o que ele não pode. Se ele não saber o que ele pode e o que ele não pode, ele não tem poder nenhum. Ele vai seguir, ele vai ser usado para legitimar as decisões do prefeito. Então ele não tem poder nenhum hoje. Por que poder significa ter conhecimento da coisa. Tu não tens conhecimento, tu não tens poder nenhum. (OOH2^a).

Para Franco (1998), os incrementos de capital humano e capital social, que podem ser alcançados por meio da parceria entre Estado, mercado e sociedade civil, são os fatores que fazem a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de desenvolvimento local. E isso não diz respeito apenas à economia, mas também ao desenvolvimento social. Assim, a busca pela intersetorialidade⁶ não deve ser apenas uma estratégia técnica, administrativa ou gerencial, mas um processo político que objetiva a articulação das diferentes políticas públicas, dos interesses e jogos de poder presentes na sociedade civil e Estado. Corroborando, Pereira (2014) afirma que a tarefa de intersetorializar não é fácil, mas também não é impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale a pena persegui-la em prol da democracia.

Assim sendo, as práticas de participação nesse espaço podem colaborar para a democratização das relações ou, ao contrário, perpetua as desigualdades e a submissão (OLIVAL; SPEXOTO; RODRIGUES, 2007). Este movimento pode ser observado na crítica dirigida pelo entrevistado ao conselho do seu município:

⁶ Intersetorialidade: trata-se de uma noção de gestão contrária à setorialização e à especialização, propondo a integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos.

Os conselheiros deveriam ser escolhidos seguindo alguns critérios, por exemplo, qual é a lógica da nossa agricultura aqui em Modelo? É na lógica do latifúndio? Não é. É na lógica da pequena propriedade, do pequeno agricultor. Então a representatividade do conselho, um dos critérios seria uma pessoa que pensa como o pequeno agricultor. Não basta ser pequeno agricultor. Existe o pequeno agricultor que tem a cabeça do latifúndio. (OOH2^a).

No entanto, permanece este desafio, assim como também se torna importante a intersectorialidade, a representatividade de organizações dos diversos segmentos correlatos ao meio rural, como os órgãos técnicos e de apoio e de setores como saúde, educação, esporte e cultura. Há necessidade de um debate com viés de desenvolvimento e sustentabilidade do meio rural em face ao debate puramente econômico que é apresentado pela maioria dos conselheiros – fator cultural e estímulo de algumas organizações (HEISLER; BONAMIGO; 2015). Também pode ser considerado um desafio a participação feminina no espaço dos conselhos, já que, na sua grande maioria ou quase em sua totalidade, os conselheiros são do sexo masculino. Para os autores, o desafio o empoderamento dos conselheiros para melhor desempenharem seu papel e promoverem uma participação ativa e qualificando as discussões realizadas no âmbito do Conselho se constitui como uma necessidade.

Considerando o recente processo de redemocratização e a cultura clientelista/assistencialista ainda presente no Estado e sociedade civil, o Conselho se constitui como um mecanismo importante na democratização da gestão pública, ao permitir a participação dos membros da sociedade civil na formulação, implantação e fiscalização das ações do poder público, contribuindo de forma significativa para aprimorar os processos de governança local, especialmente no setor agropecuário, tão acostumado à resolução dos problemas de forma isolada e independente.

4.2.2 Políticas de crédito e habitação rural

Dentre as políticas públicas destinadas ao meio rural, cabe-nos realizar um destaque às políticas de crédito representadas pelo Pronaf, de comercialização por meio do PNAE e PAA e de habitação por meio do PNHR.

Ao nos referirmos às políticas de crédito, destacamos o Pronaf. Criado em 1995, ele tem como objetivo atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e com o de sua família, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor

ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (FERREIRA, 2017).

Este programa possui dois grupos/modalidades de crédito. Um primeiro representado pelo custeio da atividade agrícola e pecuária. O segundo associado a investimentos de longo prazo, que podem chegar a até dez anos para pagamento, entre estas, a linha mais conhecida é chamada de Mais Alimentos. As modalidades de crédito possuem taxas de juros subsidiadas e possuem associados a elas outras políticas, como o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagromais), que visam minimizar os impactos de uma possível frustração de safra ou preço por parte dos produtores. Neste sentido, o Pronaf constitui-se como uma das principais políticas públicas do Estado brasileiro para com as pequenas propriedades rurais.

Quando tratamos de uma política pública, há dois aspectos importantes a serem considerados. O primeiro relativo à formalização da política pelos órgãos responsáveis. Já a segunda perpassa pelas formas de acesso dessa pela população. Diferente de outras épocas em que quase não existiam recursos para os pequenos agricultores e quando existiam eram escassos, as possibilidades de busca de crédito com as instituições financeiras foram facilitadas. Conforme Rambo (2015), ao apontar a rede de atores do programa de crédito Mais Alimentos, foram identificadas pelo menos cinco instituições financeiras que possibilitam o acesso às linhas de crédito do Pronaf. Na fala de um dos entrevistados é citada esta facilidade no acesso, porém, destacada que faltam gestão e assistência técnica aos produtores.

Talvez para otimizar os programas do pequeno produtor, quando a acessibilidade ao crédito hoje é boa, mas a questão da gestão, ele deveria receber talvez até antes da liberação do crédito um aval técnico no intuito dele conseguir dar o tombo [pagar] depois. Não é só sair distribuindo de balde o dinheiro, mas também motivar o agricultor para que ele cuide e trabalhe com maturidade esse recurso. Aí sim nós devemos ter um desenvolvimento muito maior. Senão nós vamos estar jogando o pessoal num fosso sem fundo. E tem muitos hoje dos nossos produtores que estão numa situação assim. (PRH3^a).

Em relação à política de crédito, um dos sujeitos entrevistados alerta para a situação do crédito em demasia, quando do acesso inadequado por parte das unidades familiares. Esse crédito proporciona melhora na estrutura produtiva da propriedade, mas pode também levar esta a um caminho sem volta, ou seja, de sucessivos investimentos não bem-sucedidos, a unidade tende a ficar sem capital de giro e, por fim, sem capacidade para honrar os compromissos financeiros, situação que pode levar as famílias a desfazer-se dos seus bens. Ao mesmo tempo, este tema está ligado à gestão das propriedades, que se mostra mais complexa

que em outros períodos, influenciada pela dinamicidade e interação com o mercado e das atividades desenvolvidas em cada unidade familiar.

O entrevistado PMH3^a destaca que o acesso à política do crédito possibilitou o desenvolvimento da propriedade da família:

[...] hoje tu pega a estrutura que tem na propriedade, principalmente a questão dos aviários toda ela foi, foi financiada, então isso graças à política pública, se fosse precisar fazer com recursos próprios com certeza não faria. Talvez a gente acessou assim, diria aqui a gente foi feliz em acessar as políticas pública no momento certo. Então conseguiu acessar e conseguiu tirar aí vantagens também nessas, nesse sentido, conseguiu dar um retorno naquilo que foi investido. (PMH3^a).

Pronaf [custeio agrícola] nós fizemos todo ano para plantar a soja. Na Cresol o pecuário [custeio]. Nós pegamos aquela vez também quando fizemos a casa, Minha Casa Minha Vida, pegamos, conseguimos uma ajuda a fundo perdido. E aquele da estiagem, aquela vez os dez mil [crédito emergencial] também conseguimos. Financiamos o tratorzinho na época que compramos. É a gente aproveitou o que pode para melhora a propriedade. (AJH2^a).

O relato do entrevistado AJH2^a demonstra a importância da política pública para manutenção e melhoria da estrutura da propriedade e da qualidade de vida da família. Além dos resultados gerados na propriedade dos agricultores, o crédito é responsável por movimentar a economia haja vista que a aquisição dos insumos ocorre no comércio local beneficiando direta ou indiretamente diversos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.

Em relação à política de habitação rural no âmbito do PNHR, servimo-nos da análise realizada por Rover e Munarini (2010). Segundo os autores, o Governo Federal iniciou o PNHR em 2003 com objetivo de reduzir o histórico déficit habitacional dos territórios rurais, oferecendo acesso facilitado à política social de habitação rural por parte dos agricultores familiares em condições socioeconômicas mais vulneráveis.

O PNHR consiste no subsídio financeiro e financiamento para construção e reforma de moradias no meio rural. Para acessar, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O acesso ao PNHR é visto por eles como uma importante política social que se agrega como mais um componente de ações a serem trabalhadas para a promoção de um desenvolvimento rural integrado e sustentável (ROVER; MUNARINI, 2010). Esta afirmação também pode ser encontrada na fala dos entrevistados.

Nós pegamos aquela vez também quando fizemos a casa, Minha Casa Minha Vida, pegamos, conseguimos uma ajuda a fundo perdido. Foi muito bom naquela época, sem isso não teríamos conseguido fazer nossa casa, quem sabe não teríamos ficado aqui. (AJM2^a).

Muitas famílias beneficiadas pelo programa expressaram grande satisfação em realizar o sonho da construção ou reforma de sua casa. Ao percorrer o meio rural da microrregião foi possível identificar muitas moradias que receberam o auxílio do programa. Além do recurso subsidiado, os beneficiados do programa participam de diversas atividades que buscam promover a melhora da qualidade de vida dos moradores. O programa desencadeia, ainda, o desejo dos pais permanecerem no espaço rural, bem como a expectativa de continuidade dos jovens na atividade (ROVER; MUNARINI, 2010).

Ao seguirmos com a percepção acerca do programa de habitação rural, somos postos a um dilema, como apresenta o entrevistado PRH3^a.

Fui procurar para financiar uma casa aqui no interior. A maior parte da minha renda é urbana, não sou agricultor e não me enquadrado na habitação rural. Fui procurar pelos programas oficiais, porém eles não permitem construir no interior. Então eu fiquei sem acesso à política pública de habitação, por que minha renda é urbana e eu quero morar no interior. (PRH3^a).

Se, por um lado, ela beneficia uma grande gama dos moradores enquadrados como agricultores familiares detentores da DAP, por outro lado, deixa descoberta os demais moradores do meio rural. Este tema apresenta-se como um dos desafios desta importante política pública, que, na percepção dos entrevistados, é uma grande conquista.

4.2.3 Demais ações dos governos locais

No que tange às políticas públicas de saúde, as observações e relatos de campo apresentam uma perspectiva positiva, embora existam ressalvas com relação à qualidade dos profissionais e complexidade dos procedimentos/atendimentos necessários e realizados. As famílias recebem a visitação mensal das agentes de saúde, nas quais recebem orientações, como apontam os relatos dos entrevistados.

No município de Pinhalzinho, encontramos um relato da ação do poder público local com as denominadas patrulhas agrícolas. As patrulhas consistem na formação de associações entre os moradores das comunidades rurais, constituindo uma entidade jurídica. O poder público entra com a disponibilização de um trator de pneus com os respectivos implementos agrícolas. A associação, por sua vez, é responsável por gerir estes equipamentos e garantir a prestação dos serviços nas propriedades. A experiência é relatada como exitosa por um dos beneficiados, uma vez que diminui significativamente os custos com a contratação dos serviços e não necessita que cada agricultor tenha de adquirir os equipamentos de forma isolada.

Em alguns municípios, as administrações municipais distribuem um bônus financeiro aos agricultores. Este bônus frequentemente está relacionado com o movimento econômico produzido pelo agricultor durante o ano. Acerca deste tema, são necessários mais estudos, porém, cabe ressaltar que as ações acima elencadas se vinculam estritamente à produção agropecuária. Nos relatos dos entrevistados, poucas são as ações que visam o desenvolvimento do meio rural de uma forma ampla compreendendo todos os seus atores, especialmente aqueles que não geram dividendos oriundos da produção agropecuária.

Merece destaque nesta análise as condições de trafegabilidade nas vias rurais. Foi possível identificar que quatro dos sete municípios da microrregião possuem alguns acessos (vias principais) ao meio rural asfaltados. Essa pavimentação decorre, especialmente, de um consórcio celebrado entre os municípios da microrregião⁷ pioneiro no País, denominado Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária (CIDIR), que barateia em até 2/3 o valor final da pavimentação asfáltica. Este consórcio, inclusive, é acompanhado pelo Governo Federal como exemplo de política pública bem-sucedida (PINHALZINHO, 2016).

O município de Pinhalzinho destaca-se pelo pioneirismo contando com quatro acessos asfaltados (linha Santa Lucia, linha Tiradentes, linha Anta Gorda e linha Riqueza), totalizando mais de 12 km pavimentados. Na sequência, está o município de Sul Brasil, com oito km, Modelo, com seis km, Saudades, com cinco km, e Nova Erechim, com três km. É perceptível a melhora da autoestima e da qualidade de vida dos moradores que usufruem, direta e indiretamente, das vias pavimentadas. Portanto,

[...] tem alguns que falam: para ti seria prático morar na cidade, mas assim, para nós ali, pela questão de deslocamento hoje eu estou levando dez minutos daqui à Pinhalzinho (aproximadamente sete km), com pressa até menos. (PMH2^a).

Embora a pavimentação asfáltica ainda não seja uma realidade em todas as localidades, é um dos fatores que contribui para que trabalhadores urbanos, como o entrevistado PMH2^a, fixe residência no meio rural. Da mesma maneira, incentiva jovens a permanecer morando no meio rural, bem como acaba por valorizar as áreas de terra nas proximidades.

Porque já dá pra ver, próprio pro filho ir trabalhar. A facilidade que é. O asfalto valoriza muito mais as áreas de terra, as propriedades. (RAH2^a).

Já as localidades que ainda não foram contempladas com pavimentação asfáltica podem, em certos períodos do ano, ficar com seus acessos em situações precárias, tendo em

⁷ Com exceção do município de Bom Jesus do Oeste, todos os demais eram partícipes do consórcio.

vista o tamanho da malha viária frente à possibilidade de manutenção por parte da administração municipal ou ainda por aspectos climáticos.

A assistência técnica pública na microrregião constitui-se como outro desafio. Ela é geralmente prestada por empresas privadas atreladas à venda de insumos. Os organismos públicos possuem dificuldade em realizar a prestação de assistência, em grande parte pela falta de profissionais, oriundo em parte também como uma estratégia de governo para o tema. Um dos entrevistados relata sua percepção acerca da assistência técnica:

Por que assim, o que eu hoje vejo tipo, eu acho que hoje falta pessoal mais técnico, ser técnico não é ensinar, não é que não faz parte, mas a maioria dos produtores sabem fazer uma pastagem, sabe?... enfim, porque hoje o agricultor já é técnico, tem que ter um cara na frente do agricultor, que entenda mais do que o agricultor já, porque senão não precisa tu pegar um técnico. [...] Tem que ter uns caras mais técnico que sabem de repente interpretar, faça o cálculo, aqui que você vai ganhar lá, faça aqui esses mínimos detalhes. (AAH2^a).

Nos municípios a assistência técnica é praticamente inexistente e quando existe é restrita às atividades já consolidadas. O apoio à diversificação e novas oportunidades para o meio rural é restrito a iniciativas de alguns escritórios da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), embora existam inúmeras dificuldades para realização dos trabalhos. Uma assistência técnica capaz de abranger a diversidade do meio rural e propor condições para o desenvolvimento do meio rural constitui-se como uma necessidade para a microrregião.

4.3 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

No mundo rural, segundo Malagodi (2017, p. 57), “[...] é preciso reconhecer que o modelo de agricultura que avança nos mercados de capitais não é, nem será capaz de suprir um dia tantas e tão diversas necessidades humanas em produtos de origem agrária.” Assim, encontramos uma diferença crucial entre a agricultura empresarial e camponesa do ponto de vista econômico e uma identidade essencial:

[...] o produtor empresarial tem o objetivo de maximizar o investimento de capital privado (daí estar de olho nas tecnologias poupadoras de mão de obra), já o produtor familiar camponês visa à utilização plena da própria força de trabalho, no que recorre aos recursos naturais disponíveis e no conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos (eventualmente herdado). Mas ambos estão voltados à reprodução da família e da vida das pessoas, embora uns usem a estratégia da acumulação de capital e o outro a maximização da sua própria força de trabalho e do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. (MALAGODI, 2017, p. 56).

Para Bacelar (2008), o rural está colocado frente a dois paradigmas tecnológicos, distintos de outras épocas que acabam por selecionar os produtores rurais. A autora enfatiza que a produção agrícola do século XXI é cada vez menos baseada na química. Ou ela é baseada na agroecologia ou vai para a linha dos transgênicos. Portanto, a autora destaca que “[...] está em curso uma mudança estrutural de grande profundidade à escala mundial: a mudança do paradigma técnico da produção do mundo rural.” (BACELAR, 2008, p. 24).

A exploração de áreas de terra por meio de parceria/arrendamento praticamente desapareceu. Os chamados arrendatários e/ou parceiros são praticamente inexistentes na microrregião se comparados a outras épocas. Um dos principais fatores para este fenômeno decorre das políticas públicas que possibilitaram o fomento da aquisição de imóveis e realização de investimentos em infraestrutura pelas famílias.

Outro ponto acerca destas mesmas políticas públicas encontram-se a expulsão e migração de muitas famílias do campo para a cidade. Embora possa parecer contraditório, uma grande parte dos arrendatários e parceiros não teve acesso a tais políticas públicas.

Aqui acho que nem tem na comunidade. Acho que é tudo proprietário. A maioria que não conseguiu terra [por meio da política pública do CAF - Crédito de Aquisição Fundiária], migrou para a cidade. Antigamente era bem comum morar de agregado. Tu pagava uma quantia em milho, dava e ficava morando na terra. Ali na Guabiroba, onde nós morávamos, ali já não tem mais. (RAH2^a).

O acesso restrito em muitos casos originou-se pela inadequação da política pública para a realidade local, da falta de assistência técnica adequada e pela necessidade de altos investimentos para as atividades tradicionais. Assim, muitas famílias foram “empurradas” para o meio urbano, onde vislumbraram uma possibilidade para reproduzirem-se socialmente.

As famílias que ainda continuam no meio rural na condição de não proprietárias de uma área de terra ou com áreas restritas optam, geralmente, pelo trabalho assalariado ou como diaristas.

Vejo que aos poucos alguns ainda vão ficando pelo caminho, pelo fato de não terem mais a sucessão, não por talvez ter uma propriedade que tenha condição de continuar o trabalho, mas talvez por ter formado na cultura familiar a visão de que não vale a pena ser agricultor, por que é sofrido, é penoso, não passa pelo que eu passei, e esses filhos de certa forma também estão talvez bem, bem encaminhados, mas numa outra profissão no meio urbano, isto também é uma realidade. Isto faz com que aos poucos os próprios agricultores familiares num contexto de vizinhança vão comprando a terra do vizinho, então a gente vai permanecendo com um perfil de agricultura familiar, porém com uma agricultura familiar mais concentrada. (PBH3^a).

Dessa forma, observa-se na microrregião um processo de concentração fundiária, embora observa-se uma valorização dos imóveis rurais. Esse movimento está localizado com maior intensidade nas regiões mais distantes do polo econômico de Pinhalzinho. O fenômeno decorre, como foi possível identificar na pesquisa de campo, em grande parte pela aposentadoria de agricultores e sua conseqüente migração para os centros urbanos dos municípios onde não houve sucessores ou da venda para saldar dívidas com agentes financeiros ou divisão de heranças.

São dois os principais adquirentes de imóveis rurais. Em primeiro lugar, encontram-se os moradores da localidade, geralmente agricultores mais capitalizados que acabam por adquirir áreas vizinhas. Nesses casos, a exploração está voltada a produção de *commodities* e a diversificação da produção característica marcante da agricultura local é colocada em segundo plano como sugere os entrevistados.

A gente já vê bastante, agricultores que aumentam a sua área de terra e vão comprando pequenas propriedades de pessoas que vão desistindo. E começam a virar áreas maiores, mas sem aquela diversidade de produção. Ou é só milho, só soja, ou gado. (RJH2^a).

Acredito que nós infelizmente vamos ter uma concentração maior de terras, mas ainda nas mãos dos agricultores familiares. (PAH1^a).

Em segundo plano, encontram-se empresários que buscam no meio rural um espaço para lazer e descanso e/ou fazem investimentos para criação de gado de corte ou plantio de pinus e eucaliptos com expectativa de renda futura.

Hoje a procura da terra é bastante, o próprio pessoal da cidade quer comprar, no interior uns pedaços. Compra para vim se acampar nos finais de semana, faz uma área de lazer, e vem nos finais de semana, para estar mais tranquilo. Que nem, não sei se você viu, ali do [...] para cá, aquelas duas propriedades, que tem ali. Tem duas que são da cidade, compraram, uma a mulher ganhou de herança, outra comprou um cantinho, se fez uma casa e final de semana eles vê, ali. (AAH2^a).

A característica relacionada ao lazer está bem presente em muitas localidades, especialmente aquelas às margens de rios, enquanto a monocultura de reflorestamento e gado de corte se concentre nos municípios de Sul Brasil, Modelo e Serra Alta, mais distantes do polo econômico de Pinhalzinho, onde o esvaziamento do meio rural mostra-se mais intenso.

Em relação à demografia da microrregião, percebe-se entre os censos do IBGE (2000 e 2010) um deslocamento acentuado para as áreas urbanas dos municípios.

Quadro 4 – População residente na sede urbana e rural nos municípios da microrregião de Pinhalzinho, Santa Catarina e Brasil, 2000 a 2015

| Município | Urbana 2000 | Rural 2000 | Total 2000 | Urbana 2010 | % urbana 2010 | Rural 2010 | % rural 2010 | Total 2010 |
|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------------|
| Saudades | 2.897 | 5.427 | 8.324 | 5.123 | 56,82 | 3.893 | 43,18 | 9.016 |
| Pinhalzinho | 9.313 | 3.043 | 12.356 | 13.615 | 83,36 | 2.717 | 16,64 | 16.332 |
| Nova Erechim | 1.720 | 1.823 | 3.543 | 3.211 | 75,11 | 1.064 | 24,89 | 4.275 |
| Modelo | 2.201 | 1.729 | 3.930 | 2.692 | 66,55 | 1.353 | 33,45 | 4.045 |
| Serra Alta | 1.201 | 2.129 | 3330 | 1.835 | 55,86 | 1.450 | 44,14 | 3.285 |
| Sul Brasil | 744 | 2.372 | 3.116 | 1.011 | 36,55 | 1.755 | 63,45 | 2.766 |
| Bom Jesus do Oeste | 376 | 1.774 | 2150 | 647 | 30,35 | 1.485 | 69,65 | 2.132 |
| Total | | | | 28.134 | 67,22 | 13.717 | 32,78 | 41.851 |
| Santa Catarina | 4.217.931 | 1.138.429 | 5.356.360 | 5.247.913 | 83,99 | 1.000.523 | 16,01 | 6.248.436 |
| Brasil | 137.953.959 | 31.845.211 | 169.799.170 | 160.925.804 | 84,36 | 29.829.995 | 15,64 | 190.755.799 |

Fonte: elaboração do autor (2017), a partir de IBGE (2000, 2010).

O quadro 4 apresenta que 67,22% da população é residente nas áreas urbanas dos municípios. Destacam-se, segundo a classificação do IBGE (2010), sobre urbanização, os municípios de Pinhalzinho e Nova Erechim, respectivamente, com 83,36% e 75,11% da população residente no meio urbano. Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste detêm respectivamente o menor grau de urbanização, de 36,55 % e 30,35%.

Em termos percentuais, os municípios de Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste apresentam a maior população rural com 1.755 e 1.485 pessoas, respectivamente 63,45% e 69,65% da população. Pinhalzinho é o município que possui menor percentual de pessoas no campo, 2.717, representando 16,64% da população, seguido de Nova Erechim, com 1.064, ou 24,64% da população (IBGE, 2010).

Ao considerarmos os números absolutos de residentes no rural apresentados no quadro 2, destacam-se os municípios de Saudades e Pinhalzinho, respectivamente, com 3.893 e 2.717 moradores. Sul Brasil é o único município que apresenta redução da sua população, segundo a estimativa do IBGE, apresentada no quadro 4.

A variação da população entre o censo de 2000 e o estimado para 2015 é outro aspecto constante no quadro 5. Enquanto o município de Sul Brasil teve redução de 15,79% em sua população total, os municípios de Nova Erechim e Pinhalzinho obtiveram um crescimento de 33,47% e 51,37%, respectivamente.

Quadro 5 – Variação da população na microrregião, 2000 a 2015

| Município | População censo 2000 | População censo 2010 | População estimada em 2015 | Variação da População 2000 a 2015 |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Saudades | 8.324 | 9.016 | 9.524 | 14,42% |
| Pinhalzinho | 12.356 | 16.332 | 18.696 | 51,31% |
| Nova Erechim | 3.543 | 4.275 | 4.729 | 33,47% |
| Modelo | 3.930 | 4.045 | 4.169 | 6,08% |
| Serra Alta | 3.330 | 3.285 | 3.312 | -0,55% |
| Sul Brasil | 3.116 | 2.766 | 2.624 | -15,79% |
| Bom Jesus do Oeste | 2.150 | 2.132 | 2.156 | 0,28% |
| Total | 36.749 | 41.851 | 45.210 | 23,02% |
| Santa Catarina | 5.356.360 | 6.248.436 | 6.766.699 | 26,33% |
| Brasil | 169.799.170 | 190.755.799 | 205.409.223 | 20,97% |

Fonte: elaboração do autor (2017), a partir de IBGE (2000, 2010).

Ao adotarmos a classificação oficial do IBGE para determinarmos a distribuição dos habitantes entre o espaço rural e urbano, observamos o encolhimento da população rural. Chama a atenção uma consideração feita por um sujeito da pesquisa sobre o meio rural, que sugere que vivemos em uma região fortemente dependente da economia rural.

E numa visão mais ampla, se a gente pegar algumas fontes de pesquisa, nós também podemos considerar os nossos municípios, como municípios rurais, a nossa região é uma região rural [...] se você está num contexto inserido aonde que a nossa região o oeste catarinense é rural, depende extremamente da economia rural. E nessa visão em vez de nós trabalharmos com uma imagem que nós temos apenas 10%, 15% de pessoa vivendo no meio rural no Brasil a gente passa para mais de 40% da população do Brasil vivendo no meio rural. Então que é uma análise também importante de valorizar quem tem essa cultura, essa, esse modo de vida. (PBH1^a).

A afirmação do entrevistado vai em direção ao apontado por Veiga (2003), que considera como rural os municípios com determinadas características, e não somente a partir da classificação oficial.

Com base nos dados levantados, em relação ao perfil da população do meio rural, estima-se que ela será na grande maioria composta por idosos. Com relação à demografia da região, levanta-se a hipótese de que as regiões mais próximas aos centros urbanos e aquelas com fácil deslocamento tendem cada vez mais a serem espaços de aglomerações da população, enquanto as regiões mais distantes tendem a diminuir sua população. Em relação à demografia, considerando os moradores que não exploram as atividades agrícolas, um entrevistado apresenta uma análise positiva.

O que me deixa um pouco feliz é que talvez para aquele convívio do meio rural, o convívio comunitário a gente ganhe famílias, ganhe pessoas que justamente são aquelas que não vão viver das atividades do meio rural, mas vão optar em residir no

meio rural, então isso também é bom, por que às vezes tu morar no meio rural, e o meio rural vazio, uma comunidade vazia sem aquele... também não é legal. Então o fato dessas pessoas pelo menos permanecerem como moradores, já vai também passa uma nova realidade para o convívio social, que esse é um grande diferencial, é uma grande, é algo bom que eleva o padrão de vida, você estar no meio rural, mesmo que não atue lá no dia a dia, mas ter um convívio comunitário, familiar, aquele contato com a natureza. (PBH1^a).

Em relação às atividades desenvolvidas, existe uma tendência de profissionalização/especialização com produção em escala. Aponta-se um rural com agricultores prestadores de serviço, tanto nas localidades próximas, quanto nos centros urbanos. Pode-se observar, também, que as propriedades, por meio de novos modelos tecnológicos, concentram a produção, mesmo com a diminuição da oferta de mão de obra das unidades familiares que é suprida por meio do trabalho assalariado. Por outro lado, a agregação de valor nas agroindústrias familiares, associadas a uma revalorização da cultura colonial, como abordado por Renk e Dorigon (2014), bem como a produção orgânica e o turismo rural, aproveitando as riquezas naturais e culturais do território, apresentam-se como uma possibilidade concreta para os moradores do meio rural.

5 MORAR NO RURAL COMO SINÔNIMO DE QUALIDADE DE VIDA

Não há nenhuma conceituação universal que possa ser apresentada acerca do conceito de qualidade de vida. Para tratarmos deste tema, servimo-nos da definição elaborada pela Organização Mundial da Saúde que o define como “[...] a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (WHO, 1995). A percepção da qualidade de vida deve ainda levar em conta a análise dos aspectos objetivos e subjetivos.

Com o aumento das ocupações não agrícolas pelos habitantes, exposto na análise da pluriatividade, e a diminuição da penosidade relacionada ao trabalho no meio rural, o rural passa por uma revalorização e traz um novo sentido. Tratando-se do espaço de vida, os entrevistados, em sua grande maioria, destacaram o meio rural como um lugar bom de viver, de qualidade de vida, como na entrevista a seguir:

[...] o que primeiro vem na mente é a questão de um lugar bom para se morar, para se viver. Hoje o meio rural proporciona isso, desde a questão de uma tranquilidade que a cidade não traz, a questão de um lugar que você trabalha onde que é seu, então isso são fatores que pesam pensando no meio rural na minha avaliação. (PMH3^a).

Embora, segundo o participante PPM2^a, a busca de uma renda externa pudesse ter sido mais rentável, especialmente em virtude da formação acadêmica, a escolha por morar no meio rural e explorar a atividade da agroindústria familiar foi escolhida levando em consideração a percepção de qualidade de vida.

Para mim significou mudar de vida, qualidade de vida, principalmente, como vou te dizer, viver mais tranquilo sem o estresse, aquela correria, não que a gente não tenha correria aqui, mas é bem mais tranquilo. Foi esse um motivo por que a gente ficou, nem foi por uma questão de renda, pelo que a gente estudou podia ter uma renda melhor, na época ter buscado fora. (PPM3^a).

Um segundo aspecto relaciona-se à possibilidade de geração de renda e comercialização dos produtos. Decorrentes em grande parte do acesso à política de crédito subsidiado do Pronaf com fomento na produção agropecuária da pequena propriedade, as possibilidades de geração de renda ampliaram-se:

[...] tudo que tu produzes, tu consegues vender. Antigamente fruta, vinte anos atrás, era pouco que tu conseguias vender, mas hoje vende de tudo, é só ter. (RAH2^a).

Na fala encontra-se explícito o que já fora identificado por Dorigon e Renk (2014), ao apontar que, embora a agricultura ainda seja a principal atividade de importância econômica, começam a surgir outras opções de renda oriundas, por exemplo, da industrialização e venda de produtos *in natura* comercializados diretamente pelos agricultores em circuitos curtos de mercado. Este movimento foi possível a partir da evolução demográfica da população residente no meio urbano, mas especialmente relacionado como o aumento da renda dos trabalhadores urbanos, incluindo alguns moradores do rural⁸, que possibilitou a abertura e ampliação dos circuitos curtos de comercialização.

O acesso as “coisas da cidade” no meio rural é outro ponto destacado pelos entrevistados. Decorrente da ampliação da renda está a possibilidade de consumo. Foi possível constatar nas entrevistas realizadas que todas as residências possuíam acesso à comunicação por meio telefônico (celular ou fixo), bem como quase todas as residências possuíam acesso à internet. O fato de residir em uma localidade distante do centro urbano não é limitante para uso destas duas tecnologias citadas com orgulho pelos entrevistados.

Para os moradores do rural que possuem ocupação urbana, o morar no meio rural é uma opção associada especialmente ao sossego, a um lugar tranquilo, diferente do clima urbano marcado pela correria e estresse.

De uma forma geral o que se avalia como qualidade de vida, então o espaço do meio rural tem muitas questões que são atrativas para isso. Desde o modo de vida, o sossego, a condição de você ter um contato mais próximo com a natureza, com os animais, com a produção de subsistência, integrada com a atividade de renda fixa do urbano. (RBH1^a).

Associar qualidade de vida com residir no meio rural tem sido uma estratégia adotada por várias famílias. Na discussão do item a seguir são apresentadas duas experiências representativas de retorno ao meio rural.

5.1 RETORNO AO MEIO RURAL

Tendo em vista a inflação imobiliária decorrente da grande disponibilidade de crédito para aquisição e imóveis urbanos, identificaram-se movimentos no sentido urbano-rural para residência. Um dos entrevistados apresenta a conjuntura:

⁸ Há de se destacar que algumas famílias de agricultores, a partir do aumento de renda e especialização da produção, optaram por efetuar a aquisição de alguns produtos tradicionalmente cultivados pela família. Entre as alegações destaca-se o tempo necessário para cultivo e extração, que se empregado na atividade principal da propriedade geraria mais excedentes, portanto, seria mais viável a aquisição do produto pronto para o consumo *in natura* ou industrializado.

[...] ainda é mais fácil construir uma propriedade um local para morar no interior, do que na cidade. A gente tem exemplos de gente que tinha dinheiro, mas não era suficiente para comprar um terreno e construir uma casa na cidade. Mas foi suficiente para pegar uma pequena área de terra ali no interior e fazer uma casa. Saiu mais barato. (OOH2^a).

As proximidades dos centros urbanos acabam por adquirir uma nova função. São visadas para construção de moradias no que se denomina de chácaras rurais. São pequenas parcelas de terra destinadas essencialmente à moradia, cultivo de subsistência e criação de pequenos animais, haja vista que as atividades econômicas são desenvolvidas no meio urbano.

Olha, ultimamente dá para dizer, tem seis famílias que veio em duas propriedades. Os filhos vieram, construíram, o pai comprou, tipo vem os filhos construíram, trabalham na cidade e vem pra casa. [...] Ali onde o [cita nome de morador] morava, ali onde vai para o [cita nome de morador] tem um senhor, eles eram da cidade, compraram ali um pedaço e tem duas filhas casadas que moram lá. Aqui em cima que tinha a casa abandonada que era do [cita nome de morador], ele vendeu um pedaço e daí veio um [cita o nome de morador] mora ali. Também da cidade. (RAH2^a).

Em meio à busca por uma melhor qualidade no espaço urbano, encontramos na pesquisa dois casos concretos de retorno ao meio rural após a experiência urbana. Foi assim com a família do entrevistado PMH2^a. A vida urbana, no município de Chapecó, inseriu o casal em uma dinâmica na qual o trabalho consumia boa parte do tempo. A rotina não possibilitava o encontro familiar e os custos de manutenção familiar eram elevados.

Eu saía cedo pela manhã, chegava minha filha já estava dormindo. Chegou um ponto onde decidimos que daquele jeito não dava. Foi aí que fomos procurar um outro lugar. (PMH2^a).

A busca por um espaço que possibilitasse uma maior qualidade de vida estava no horizonte da família. Entre idas e vindas, o casal decidiu fixar residência no meio rural.

Para nós é uma opção. Eu creio assim, eu acho que vejo poucas famílias que hoje residem no interior por obrigação. Assim, acho que se o cara é obrigado em primeiro lugar não se identifica, e se fosse morar na cidade se o cara não gosta do interior se tornaria mais prático. Então para nós a agricultura é o que... para nós, especificamente, é opção e qualidade de vida, por que tu tem alguns que falam: 'PMH2^a, pra ti seria prático morar na cidade'. Mas assim, para nós ali, pela questão de deslocamento hoje, eu estou levando dez minutos daqui a Pinhalzinho, com pressa até menos. (PMH2^a).

Após certo período, surgiu a oportunidade de trabalho fora da propriedade. Assim, a família consorcia atividades agrícolas e uma atividade urbana com o desejo de investir em uma produção diversificada como observa o entrevistado.

A minha ideia é assim: bom eu quero chegar a aumentar o pomar a minha ideia é amanhã depois produzir polpa, tem a minha irmã lá no Mato Grosso que ela faz isso. É polpa de limão, de abacaxi, laranja. O que tem é uma maquininha simples... a minha ideia é comprar, colocar um *freezer* ali e uma fruta está no ponto, faz a polpa e congela. Quando tem uma certa quantia passa no restaurante e diz: 'oh, tenho tanta polpa de tal... vamos negociar por almoço, ou...'. Essa é minha ideia. Além de ter as frutas para nós, mas o excedente vender. Primeiro, assim, ter variedade e qualidade no meu consumo. Mas em vez de se perder, cair no chão, congelo, se alguém quiser, está aí, vamos vender e isso, queira ou não, agrega. (PMH2^a).

O segundo caso é da família URH1^a. Um jovem casal que, após morar no meio urbano, decidiu voltar a residir no meio rural, na chácara da família. Os dois possuem renda urbana e formação superior. Para eles, a escolha por morar no meio rural também está associada à qualidade de vida.

A gente optou pelo interior por que é mais tranquilo, é um lugar melhor, particularmente para mim, é um lugar melhor para se morar. Tem uma privacidade maior, tem uma liberdade maior de fazer as coisas que você gosta. Você não tem aquele *stress* do dia a dia. (URH3^a).

A partir destes dois casos, tem-se a intenção de apresentar aos agentes públicos e organizações esta tendência de configuração que se revela uma estratégia acionada para reprodução social a partir do sentimento de qualidade de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir dados sobre o meio rural da microrregião apresentou-se, inicialmente, como um desafio, haja vista a dinamicidade presente no rural. Porém, ao longo deste caminho foram desenhados os contornos para identificar configurações presentes nesta microrregião composta por sete municípios. Apesar das semelhanças encontradas entre os espaços rurais da microrregião, a centralidade do município de Pinhalzinho, no contexto microrregional, deve ser levada em conta. Ao longo do trabalho pode-se perceber que, embora a população urbana revele-se estatisticamente maior que a população rural, a economia e o modo de vida dos habitantes da microrregião perpassam e estão baseados sobre o modo de vida e a economia do meio rural. Ao suscitar este debate, vale retomar Veiga (2003), que afirma que o Brasil é bem menos urbano do que se imagina, portanto, muito mais rural, não só relacionado ao local de residência, mas ao seu modo de vida, que revela uma série de dinâmicas importantes e que poderiam ser melhor aproveitadas.

O rural da microrregião é formado quase que na sua totalidade por pequenas propriedades que se utilizam da mão de obra familiar para desenvolver e explorar as atividades agrícolas e pecuárias. Destacam-se economicamente a produção de *commodities* como soja, milho e trigo, produção de carnes (aves e suínos) e bovinocultura leiteira. Com menor expressão econômica, mas com grande importância social, estão diversas atividades relacionadas à industrialização de produtos conhecidos como coloniais, panificados e de origem vegetal.

Encontramos na microrregião a formação de um campesinato com forte conteúdo étnico advindo das imigrações e colonização do seu território no século passado. Ao abordar as estratégias de reprodução social das famílias do meio rural da microrregião, foram apresentadas experiências diversas advindas da dinamicidade local.

A identidade camponesa, caracterizada como um modo de ser do morador rural, é presença marcante entre os sujeitos entrevistados, mesmo nas famílias e nas gerações mais novas. Em relação ao modo como se identificam e são identificados os camponeses da microrregião, encontramos diversas atribuições. O termo colono advindo do processo de colonização é frequentemente tido como pejorativo. A identificação como produtor rural ou empresário rural é fomentada por algumas entidades, sendo a expressão agricultor, ou a sua variação agricultor familiar, uma das mais acionadas.

Presente em várias discussões acadêmicas, bem como entre os moradores do meio rural, encontra-se o tema da sucessão familiar. Este é um dos grandes desafios colocados ao campesinato atualmente. Quem serão os sucessores? A pesquisa de campo revelou que entre

os motivos para não ocorrência da sucessão estão os conflitos familiares, associados à falta de diálogo entre pais e filhos, indicativo que precisar ser melhor investigado. Também, a liberdade, entendida como tempo livre, necessita de atenção, pois as atividades pecuárias exigem dedicação praticamente integral, não havendo tempo para o descanso em feriados ou finais de semana. Ainda cabe destacar que os sucessores são quase que absolutamente do gênero masculino.

O acesso à educação por parte dos moradores do meio rural revela-se como uma importante estratégia. No trabalho de campo foi possível identificar uma mudança conceitual em relação à educação. A educação em outros tempos era tida como algo não tão necessário, expressado no dizer: “para ser agricultor não precisa ter estudo”. Passou pela chamada nucleação, criticada pelos moradores do rural, pela obrigatoriedade do Ensino Básico, chegando a possibilidade do Ensino Superior, muita coisa se modificou. A educação passa a ser vista como importante para quem segue na atividade agrícola, “um agricultor com capital escolar” e pode ser comparada a uma herança antecipada, uma herança não em bens, mas em conhecimento para os demais. Esta mudança no campo da educação deve-se em muito às políticas públicas de fomento à educação.

A amplitude da pluriatividade, sem dúvida, foi uma das estratégias que mais chamou a atenção na pesquisa de campo. Sua manifestação fora bem mais intensa que o esperado. A microrregião apresenta um caráter de ligação forte entre o meio rural e o urbano. O fenômeno da pluriatividade está hoje associado à reprodução social do campesinato e é elemento constitutivo do meio rural brasileiro, sendo a sua compreensão estratégica para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rurais cada vez mais coerentes. A busca por fontes de renda fora da propriedade, apesar de não ser um fenômeno novo, tem se intensificado na microrregião. Dentre os principais fatores que influenciam as famílias a se tornarem pluriativas estão a renda extra e fixa, a mão de obra excedente nas unidades familiares e a necessidade de grandes investimentos nas atividades tradicionais.

Evidencia-se que a oferta de vagas para o trabalho assalariado e a proximidade com algum centro urbano influencia na decisão e possibilidade de acionar esta estratégia, porém, a distância maior não impede que as famílias busquem rendas não agrícolas. Ocorre, portanto, uma mudança na concepção do trabalho assalariado para dentro da propriedade. Ele deixa de ser apenas uma estratégia dos agricultores com pouca terra e passa ser compreendido como possibilidade concreta de renda e liberdade.

Constata-se entre os entrevistados uma mudança em relação à compreensão acerca do trabalho. Fora quase unânime a definição de que o trabalho não é mais tão penoso como em

outros tempos, embora o tempo dedicado ao cultivo e manejo das atividades seja maior. Ao apresentar o sistema de integração como uma das estratégias acionadas para a reprodução social, abordou-se também os impactos que essa provocou no interior das propriedades rurais e sua influência na estrutura societária geral, uma vez que afeta as relações sociais estabelecidas entre os membros da unidade familiar, e destes para com os membros externos.

A integração agroindustrial ao mesmo tempo que propicia fontes de renda consideradas mais “seguras” aos agricultores familiares, também viola os direitos humanos do trabalhador, principalmente no que diz respeito às condições e jornadas de trabalho, caracterizada pela baixa remuneração recebida pelo trabalho realizado, garantindo-se apenas a compra e não a remuneração pelo produto entregue. A dificuldade de participação nas atividades comunitárias, nos “serões” (visitas entre vizinhos) e nos espaços de lazer influencia na sociabilidade e, por conseguinte, na saúde física e mental dos agricultores familiares.

Acerca das políticas públicas, foi possível constatar sua importância no meio rural da microrregião. Avaliadas de forma positiva, com algumas ressalvas, as políticas públicas de crédito rural voltadas às pequenas propriedades no âmbito do Pronaf proporcionaram aos agricultores acesso a bens e melhoria das suas estruturas produtivas, provocando, na fala dos próprios moradores, profundas mudanças no cenário rural. Estas mudanças impeliram muitas famílias a integrar-se ao mercado.

O acesso ao programa de habitação rural constituiu-se em outra importante política pública, ao passo que melhora a qualidade de vida e autoestima das famílias, embora esteja, atualmente, suspenso e passando por reformulações. Sobre esta política, observa-se, ainda, uma seletividade no acesso, visto que é direcionada a produtores rurais, sendo que as famílias com rendas urbanas não são contempladas.

Assim, as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas pelo Estado nas suas diversas instâncias; apesar dos avanços alcançados nos últimos períodos, ainda possuem foco no campo econômico, o que acaba por reforçar a estrutura agrária atual. Cabe, portanto, uma agenda que permita desenvolver o meio rural olhando a sua diversidade, seja ela no âmbito da produção econômica, seja proporcionando qualidade de vida à população.

Com base no estudo realizado, percebem-se algumas tendências relacionadas ao futuro do meio rural na microrregião:

- a) A tendência de cada vez mais os moradores do meio rural não terem nas atividades agrícolas as suas maiores fontes de renda;
- b) A tendência de concentração de terras, ainda que adquiridas por agricultores familiares;

- c) Decorrente da diminuição da oferta de mão de obra e número de propriedades produtoras, percebe-se a tendência de concentração da produção com uso de mão de obra assalariada;
- d) A possibilidade de ampliação do mercado de produtos com qualidade diferenciada, a exemplo dos denominados como coloniais ou a produção de hortifrúti, especialmente orgânicos;
- e) A tendência de residência no meio rural por parte de trabalhadores urbanos será intensificada.
- f) A tendência ao esvaziamento das localidades rurais mais distantes dos centros urbanos em contraposição as localidades mais próximas que tendem a aumentar sua população.

A presente pesquisa pretendeu colaborar na produção de dados, a partir da compreensão das dinâmicas do território rural, buscando identificar suas potencialidades e os desafios. Para abranger o universo rural, lançou um olhar para o conjunto de ações projetadas para o meio rural, de agentes públicos, privados e dos próprios moradores, buscando olhar o rural e as perspectivas para o futuro por meio da lente dos moradores do espaço rural.

Durante a realização da pesquisa de campo foram observadas mudanças acerca da influência das instituições que atuam com os moradores do meio rural, em que este tema pode desdobrar-se em uma nova pesquisa. A relação urbana rural caracterizada pelos filhos que residem no meio urbano e que aos finais de semana e feriados deslocam-se para o interior também é um fator que merece ser analisado com maior cuidado.

Ressalta-se, ao final, a boa receptividade dos sujeitos entrevistados que possibilitaram a realização desta pesquisa. Espera-se que, ao apresentar informações sistematizadas, a partir da análise científica, seja possível contribuir na melhora das políticas públicas existentes e, principalmente, nas ações das organizações, a fim de promover um desenvolvimento que possa olhar o meio rural de forma mais abrangente, considerando a sua diversidade econômica e social.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca Neera; KECK, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e relações fecundas nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan./abr. 2008.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma Teoria de Estudos Territoriais**. 2011. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teorias_dos_estudos_territoriais.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, n. 2, v. 4, p. 379-397, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/O%20capital%20social%20dos%20territ%C3%B3rios%20-20repensando%20o%20desenvolvime.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- _____. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- ALMEIDA, Lenildes Ribeiro da Silva. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. **Inter-ação**, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 139-155, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1291/1343>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão: Bernardo Lewgoy. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. 6. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 353 p.
- BACELAR, Tania. **Relatório da 1ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Desenvolvimento_Rural_Sustentavel/relatorio_1_conferencia_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BEZERRA, Maria Lucila; BACELAR, Tania (Comp.). As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. 21. ed. Brasília: Athalaia, 2013. Introdução. p. 37-76. (Desenvolvimento Rural Sustentável).

BONAMIGO, Irme Salete; RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. Direitos humanos, direito dos animais e consumo de carne. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015. p. 1-20.

BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 17-18, p. 2-5, nov. 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_17_1_2572>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 1 out. 2015.

BUAINAIN, Antonio Marcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. 1182 p.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade no campo: o caso francês**. 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

CHAMPAGNE, Patrick. La reproduction de l'identité. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 65, p. 41-64, nov. 1986. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2349>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. Reprodução e transformação do espaço social camponês (entrevista a José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira). **Cadernos de Ciências Sociais**, Porto, n. 24, p. 97-112, 2007.

CHAUVEAU, Hélène. O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais têm com os territórios do interior catarinense. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude Rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. Cap. 4, p. 99-114.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. **La organización de unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária hoje. In: _____; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Cap. 1, p. 12-21.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Juventude rural e reconversão produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Orgs.). **Juventude Rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. Cap. 2, p. 35-76.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 129-147, 17 nov. 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/identidade>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

FERREIRA, Célia Regina Caetano. **Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá à relação com os bancos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil. 2017. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/cadeiadoleite2/contents/file-storage/download/index?version_id=894992>. Acesso em: 1 jan. 2017.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez conceitos. **Proposta**, São Paulo, n. 78, p. 6-19, 1998. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_augusto_de_franco.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. 323 p. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Jose%20Madureira%20Pinto%20-%20Consideracoes%20Sobre%20a%20Producao%20Social%20de%20Identidade.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 624 p.

HEISLER, Lenoir; BONAMIGO, Irme Salete. O Conselho de desenvolvimento agropecuário de Pinhalzinho. In: SEMINÁRIO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 5., 2015, Chapecó. **Anais...** Chapecó: UnoChapecó: 2015. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2806.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

HUBNER, Renata; VON DENTZ, Eduardo; RAMBO, Anelise Graciele. Novos usos políticos e econômicos do território decorrentes do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (prona) no município de Saudades-SC. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., 2015, João Pessoa. **Anais...**. João Pessoa: Ufpb, 2015. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5563.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **IBGE Cidades 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

IZIQUÉ, Cláudia. **O Brasil rural não é só agrícola**. 2000. Disponível em: <<http://revista.pesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-nao-e-so-agricola/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antonio Marcio et al. (Eds.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 3, p. 1011-1046. Parte 7.

KLEBA, Maria Elisabeth; COMERLATTO, Dúnia; FROZZA, Kenia Munaretti. **Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em Conselhos de Políticas Públicas**. 2015. (Manuscrito).

LUIZ, Claudeilton. O desmonte da Previdência e as consequências para o campesinato brasileiro. **CEERT**, 17 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-comercio-servicos/16225/o-desmonte-da-previdencia-e-as-consequencias-para-o-campesinato-brasileiro>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Cap. 4, p. 40-62.

MALDANER, Gean Carlos. **Contribuição do Pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho/SC**. 2015. 157 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2013. Disponível em: <<https://extensaoantropologia.files.wordpress.com/2013/02/malinowski-argonautas-introducao-objeto-metodo-e-alcance-desta-investigacao.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

MARAGA, Cristine; FARIA, Leticia. **Pesquisadora francesa utiliza Xanxerê para estudo sobre cultura de jovens do campo**. 2012. Disponível em: <http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc_noticias/pesquisadora_francesa_utiliza_xanxere_para_estudo_sobre_cultura_de_jovens_d>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Nera**, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do material qualitativo: análise de conteúdo. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo, 2006. Cap. 11, p. 303-311.

_____. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo, 2008. Cap. 10, p. 261-297.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. 21. ed. Brasília: Athalaia, 2013. Cap. 2, p. 413-464. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 1 maio 2015.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; JESUS, Edivane de. A pequena produção avícola familiar e o *Sistema de Integração* no oeste catarinense: “uma prisão de portas abertas”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, jan./abr. 2013.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo; SPEXOTO, Andrezza Alves; RODRIGUES, José Alesando. Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. **Revista de Economia Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1013-1035, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jun. 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. Brasília: Editora Unesp, 2006. 258 p. (Paralelo 15).

_____. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. 119 p.

_____. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 7-21, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

ORTEGA, Antonio César. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Uberlândia, v. 1, n. 5, p. 185-190, 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/ortega18.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. A Intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

PERES, Rodrigo Sanches; SANTOS, Manoel Antônio dos. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Interações**, São Paulo, v. 10, n. 20, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-29072005000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PINHALZINHO. Prefeitura Municipal. **Cidir adquire duas novas máquinas para usina de asfalto**. 2016. Disponível em: <<http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/cidir-adquire-duas-novas-maquinas-para-usina-de-asfalto>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PINTO, José Madureira; QUEIRÓS, João. O peso do lugar: mudança e reprodução social numa colectividade no Noroeste Português. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. **MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS**, 6., 2008, Lisboa. Área Temática: Cidades, Campos e Territórios. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. v. 1, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/317.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

RAMBO, Fabiano Lazarotto. **As contribuições socioeconômicas do Pronaf Mais Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho – SC**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Dissertação-Fabiano-Lazarotto-Rambo.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

REDIN, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. In: SOBER, 48., 2009, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 25 a 28 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/533.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RENK, Arlene. **Sociodisséia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440 p.

_____; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 369-391. Disponível em: <https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2016.

_____; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude Rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114>. Acesso em: 9 maio 2015.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar**. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/13.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Tradução: Rosane Meneghetti. Florianópolis: Insular, 2011. Cap. 3, p. 63-90.

SANTA CATARINA. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 99 p.

_____. Secretaria da Receita Estadual. **Distribuição do Valor Adicionado por Município**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/21>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. _____. **Distribuição do Valor Adicionado por Município**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/21>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 16, n. 3, p. 15-34, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 260 p.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, v, 17, n. 2, p. 395-417, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a06v17n2.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 17., 1993, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1993. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/IDENTIDADE-ÉTNICA.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-82, 1997.

SIMÕES, Willian. Juventude da agricultura familiar e os desafios da construção de outra possível: provocações para uma “roda de prosa”. In: ROCHA, José Roberto da; BERTO, James Luiz; AMES, Maria Alice Canzi (Orgs.). **Jovens na agricultura familiar: gestão e inovação para a sustentabilidade**. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 25-41.

SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: _____; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 245-278.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Linhas de Pesquisa**. Chapecó: Unochopecó, 2017. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/mestradopolicas/info/linhas-de-pesquisa-5>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VITORINO, Casseiro; GOLDSCHMIDT, Ilka. **Celibato no Campo**. Chapecó: Margot Produções, 2010. Documentário (52 min.).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**: Norma Giarracca. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Cap. 5, p. 64-81.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

_____; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. 21. ed. Brasília: Athalaia, 2013. Cap. 3, p. 413-464. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 1 maio 2015.

WHO – World Health Organization. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, v. 41, n. 10, p. 403-409, 1995.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Uniti**: Universidade da Terceira Idade. Joaçaba: Unoesc, 2017. Disponível em: <<http://www.unoesc.edu.br/portal/uniti-umic>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995. 336 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 87, p. 11-73, 1990.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosemary Gonçalves de (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. Cap. 4, p. 77-104.

_____. **Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios**. 2010. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/MariaCarmelitaYazbek-Protecao Social.pdf/view](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/MariaCarmelitaYazbek-Protecao%20Social.pdf/view)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

Área de Ciências Humanas e Jurídicas

Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: **As ruralidades do oeste catarinense: configurações atuais na microrregião de Pinhalzinho/SC**

Pesquisador responsável: **Lenoir Heisler** – Telefone para contato: (49) 98813-3072

Orientadora: **Irme Salete Bonamigo** – Telefone para contato: (49) 99966-7236

O objetivo desta pesquisa é analisar as dinâmicas atuais do rural na microrregião de Pinhalzinho/SC no que tange às famílias e às políticas públicas. A partir deste objetivo geral, delimitou-se como objetivos específicos: identificar as estratégias que as famílias do rural utilizam para a sua reprodução social; detectar a visão dos moradores e suas organizações acerca das políticas públicas acessadas pelos habitantes do rural; descrever as perspectivas dos habitantes e suas organizações representativas com relação ao futuro do rural da microrregião.

A sua participação na pesquisa consiste em **responder a um questionário, entrevista semiestruturada, que será gravada e fotografada**, realizadas pelo próprio pesquisador, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas por intermédio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este Termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento.

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DE
PESQUISA**

Eu, _____,
RG _____, CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do sujeito de pesquisa:

APÊNDICE B – Termo para uso de imagem e voz

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

Área de Ciências Humanas e Jurídicas

Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Título da pesquisa: **As ruralidades do oeste catarinense: configurações atuais na microrregião de Pinhalzinho**

Pesquisador Responsável: **Lenoir Heisler**

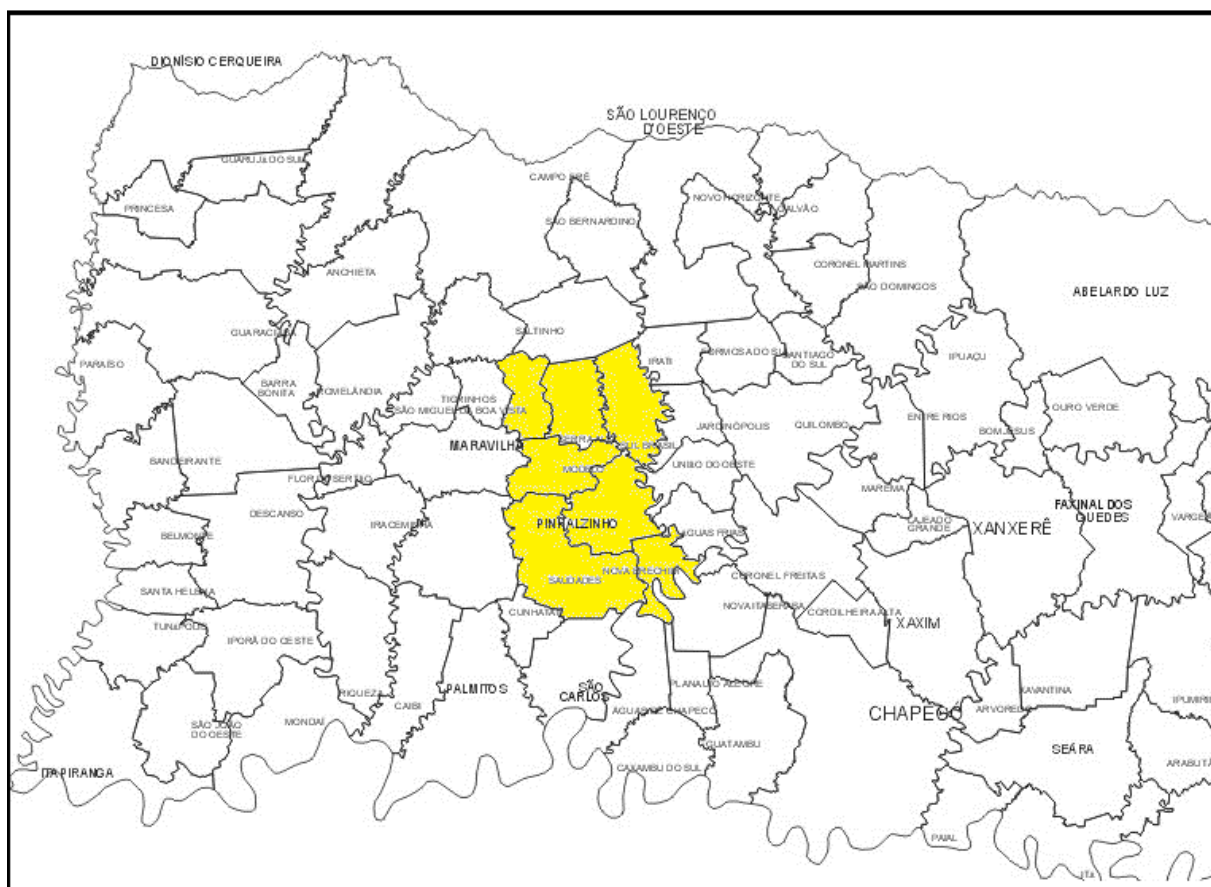
Eu, _____,
permito que o pesquisador relacionado acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa:

APÊNDICE C – Mapa da microrregião de Pinhalzinho



Fonte: elaboração do autor (2017).

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para as famílias residentes no rural

1) Identificação da família:

1.1) Nome (somente para nossa identificação): _____

1.2) Grau de escolarização (adultos): _____

1.3) Filhos (quantos, idade, grau de escolarização): _____

1.4) Total de pessoas residentes na unidade: _____

1.5) Município e localidade: _____

1.6) Enquadramento na pesquisa (grupo de seleção): _____

1.7) A família tem acesso a internet em casa: _____

1.8) Luz, água, telefone?: _____

1.9) Família é proprietária do imóvel?: _____

1.10) Quem está sendo entrevistado (pai, mãe, filho): _____

2) Conte um pouco sobre o trabalho de vocês. Como se organizam? Quais as atividades (fontes de renda da família)? Como são distribuídas?

3) De que forma a família planeja as atividades e como é feita a administração do valor recebido na venda da produção? De forma conjunta ou individualizada?

4) A família costuma trocar dias de serviço com vizinhos ou parentes? Em que épocas e para quais atividades? A família contrata (paga) pessoas para ajudar nas atividades da propriedade?

5) O trabalho no interior sempre foi considerado como duro, penoso, difícil. Como você avalia o trabalho no interior hoje, continua penoso, é mais fácil?

6) Em relação aos alimentos para o consumo da família, eles são produzidos na propriedade, são comprados no mercado ou os dois? O que vocês pensam sobre o tema?

7) Como você se autoidentifica (agricultor familiar, camponês, agricultor, colono, trabalhador rural, empresário rural, outro...)?

8) Como você imagina que os outros (empresários, técnicos, agrônomos, veterinários, etc.) veem o morador do interior?

- 9) O que é o interior (meio rural) para você? Quando você pensa em interior/rural o que vem no seu pensamento? O que você gosta no meio rural? O que você não gosta?
- 10) (Para a família que não trabalha na propriedade, mas reside no meio rural ou tenha filhos que trabalhem fora da propriedade). Por que vocês optaram em residir no rural e trabalhar fora da propriedade?
- 11) Quais costumes ou crenças herdadas dos pais (ancestrais) vocês procuram cultivar na família?
- 12) Quando você definiu que seguiria na profissão atual? Quais foram as motivações?
- 13) Quais são na sua opinião as questões que influenciam a escolha da profissão do jovem do meio rural?
- 14) Analisando as transformações ocorridas na agricultura/interior, como você analisa a introdução de tecnologias na agricultura (máquinas, modos de produzir-sistema de integração-e manejos das atividades)?
- 15) O meio rural/interior da nossa região se modificou nos últimos anos? Qual sua opinião?
- 16) Você se enxerga trabalhando ou vivendo na agricultura nos próximos anos? De que forma? Que atividades estará desenvolvendo?
- 17) Em sua opinião, ainda ocorre a saída do interior para a cidade? Quais seriam os motivos desta saída?
- 18) Em relação ao papel do município na melhoria das condições de vida dos moradores do meio rural, como você avalia os programas que o município tem para o meio rural, na educação, na saúde, na cultura, no esporte, na produção?
- 19) A família acessou alguma política pública específica para melhorar as estruturas de produção (custeios ou investimentos)?

20) A família acessa alguma política pública de educação (FIES, Prouni, universidade federal ou estadual, alimentação escolar ou transporte escolar). Se sim, qual a importância desta?

21) Você conhece o trabalho do conselho de desenvolvimento rural, conselho da agricultura do seu município?

22) Quais atividades de lazer vocês costumam praticar? (Mulher, homem, crianças, idosos).

23) Alguma consideração que gostaria de fazer em relação ao interior?